



Índice

- 01** Índios devolvem carros oficiais após previsão de melhoria, afirma liderança
- 02** Polícia Federal invade aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro e leva criança de dois anos
- 03** Polícia Federal invade aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro e leva criança de dois anos
- 04** Incra-MG pede fazendas na Justiça para regularizar quilombolas
- 05** Assembleia Legislativa suspende sessão para ouvir indígenas de AL
- 06** Carlos Amorim critica a desocupação do território indígena Awá-Guajá
- 07** Versão oficial sobre situação dos indígenas hondurenhos é rebatida por entidades
- 08** Questão fundiária indígena não pode esperar, diz Delcídio
- 09** Funai discute visitação em Terras Indígenas
- 10** Presidente da Câmara de vereadores São José do Xingu acredita que governador irá cumprir com o compromisso firmado
- 11** PF realiza reintegrações em áreas de conflitos indígenas no sul da Bahia
- 12** comunidade Burajuba recebe certificado de autodefinição como quilombola
- 13** Após chegada da polícia, famílias se espalham por terra indígena em MT
- 14** INFORME 14 – Operação de desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá



- 15** MPF participa de reunião com lideranças indígenas de Guajará-Mirim
- 16** Carta de apoio à pronta demarcação da Terra Indígena dos Tupinambá de Olivença, contra as reintegrações de posse e as violações aos direitos humanos dos indígenas
- 17** Belo Monte por um fio, por Claret Fernandes*
- 18** Polícia encontra idosa desaparecida dentro de área indígena em Cananéia
- 19** Programa apoiará política de cotas com concessão de bolsas
- 20** Produtores rurais promovem manifesto para discutir a situação dos conflitos rurais
- 21** Descumprimento da democracia desafia agropecuária brasileira
- 22** Após protesto, Secretária de Educação se reúne com comunidade indígena nesta quarta-feira
- 23** Polícia Civil promove atividade infantil em acampamento indígena no litoral
- 24** FUNAI debate com prefeitos e deputados questão indígena em Juína
- 25** Barra do Garças - Prefeito assina Ordem de serviço para a construção de quadra coberta em aldeia indígena
- 26** Cão ajudou a encontrar corpos em cova dentro de área indígena, no AM
- 27** A Síndrome de Payakan
- 28** Perícia constata perfurações a bala e afundamento do crânio em trabalhadores mortos por índios
- 29** Familiares reconhecem corpos encontrados em aldeia
- 30** Caminhoneiros sequestrados por índios são liberados no sul da Bahia



Boletim de Notícias - Edição nº 22./ 2014

Brasília, 05 de fevereiro de 2014.

31 [Índios 'alugam' reserva e montam time de futebol](#)



Índios devolvem carros oficiais após previsão de melhoria, afirma liderança

SÍTIO G1/BA, 04.02.2014

Eles protestaram na semana passada acusando que água é contaminada. Veículos foram liberados no sábado (4), na cidade de Ibotirama.

Os dois carros retidos por índios da tribo Kiriri, em Ibotirama, no interior da Bahia, em protesto por água potável, já foram devolvidos para a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) no sábado (4), após reunião com representantes da pasta, segundo Maria Kiriri, líder do grupo.

De acordo com ela, a Sesai se comprometeu a regularizar a instalação da água e ofertar carro para dar assistência 24h à população do povoado. Kiriri conta que o acordo prevê duas técnicas de enfermagem para o posto de saúde. Na aldeia vivem 40 famílias e cerca de 200 índios.

Queixas

Durante o protesto, Maria Kiriri informou que as pessoas estão adoecendo devido à ingestão de água contaminada, que é armazenada em uma caixa d'água de zinco que foi construída há 12 anos. Os índios alegam que estão com dificuldades para se sustentar. Eles vivem basicamente da pesca e da agricultura, que estão prejudicadas devido à escassez de peixes e ao clima de seca na região, explicou a líder indígena.

"A Coordenação Regional entrou com a ação na justiça contra a Sesai em 2011, e foi criado uma Câmara Técnica em Brasília na AGU para resolver os problemas relacionado à saúde. A próxima audiência está marcada para o dia 18 de fevereiro de 2013. No que diz respeito à responsabilidades da Funai com os índios, estamos dando o melhor suporte possível.", disse o coordenador.

O G1 falou também com a Polícia Federal da região, que informou que não estava sabendo sobre protesto. Segundo informações passadas por testemunhas, o protesto ocorre de forma pacífica, sem feridos.



Polícia Federal invade aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro e leva criança de dois anos

SÍTIO CIMI, 04.02.2014

Por Renato Santana,
de Brasília (DF)

Durante invasão da Polícia Federal em aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, neste domingo, 2, no município de Ilhéus (BA), M.S.M, de 2 anos, em fuga para a mata, se desgarrou dos pais e acabou nas mãos dos policiais. O delegado Severino Moreira da Silva, depois da criança ter sido levada para Ilhéus, a encaminhou para o Conselho Tutelar do município que, por sua vez, transferiu o menor para uma creche, onde ele segue longe dos pais e isolado por determinação da Vara da Infância e Juventude.

Representante da Funai solicitou ao delegado a entrega da criança. A intenção era devolvê-la aos pais, mas Silva se negou a entregá-la ao órgão indigenista. De acordo com fonte consultada pela reportagem, o delegado se irritou com a acusação de que os federais teriam sequestrado a criança da comunidade e afirmou publicamente que o menor foi abandonado.

“Isso não é abandono! A PF que entrou atirando e então todos fugiram para o mato como tática de proteção e resistência (...) Quando estamos na mata e um animal foge sem os filhotes, saímos de perto porque sabemos que ele volta para buscar as crias”, diz cacique Rosivaldo Ferreira dos Santos Tupinambá, o Babau. A liderança afirma ainda que o pai voltou para buscar M.S.M, minutos depois de deixar a mulher com os outros dois filhos em segurança na mata, mas o menor já tinha sido levado pelos federais.

No ofício 0193/2014 (DFP/ILS/BA), encaminhado ao Conselho Tutelar, o delegado afirma que equipe formada pelas polícias Federal e Militar, além da Força Nacional, “deslocou-se à Fazenda São José, a fim de proceder a necessária averiguação sobre uma denúncia de que o citado imóvel havia sido invadido mais uma vez por criminosos foragidos da Justiça, os quais estariam utilizando-se daquele empreendimento (...) para fins escusos (sic)”.

O núcleo familiar Tupinambá, alvo da polícia e acusado pelo delegado de criminoso, nunca deixou o local onde foi atacado, resistindo em trabalhos locais, desde os bisavós do menor M.S.M, ou em saídas esporádicas para outros estados nordestinos devido às perseguições. A área já está identificada pelo Ministério da Justiça. Conforme relato dos Tupinambá, os federais chegaram atirando a ponto dos indígenas recolherem dezenas de cápsulas, de arma de grosso calibre (veja foto), espalhadas pela terra tradicional. No último dia 29 de janeiro, a Fazenda São José, localizada dentro de território considerado indígena pelo Estado desde 2009, foi alvo de reintegração de posse. Uma de três bases da Polícia Federal acabou instalada no local.

“O ministro da Justiça (José Eduardo Cardozo) é dupla-face: para nós ele fala em diálogo, mas
CONT.



não é possível que a Polícia Federal monte uma base militar dentro de uma terra indígena sem
CONT.
ele saber. Não são os fazendeiros nos atacando ou pistoleiros contratados por eles. É a polícia",
declara cacique Babau.

A liderança, perseguida por pistoleiros e pela Polícia Federal (veja cronologia de violências abaixo), afirma que o episódio é parte de um grande plano para criminalizar a luta dos Tupinambá pelas terras tradicionais do povo. "Já perderam a vergonha de dizer que querem a minha cabeça. Já tentaram me matar várias vezes. No final do ano passado mataram três indígenas. Este ano já foram quatro, na região da praia", denuncia.

Mentiras e manipulações

Cacique Babau aponta para uma enraizada rede de mentiras e manipulações que constrói informações inverídicas sobre os Tupinambá e da própria liderança que exerce. "Primeiro que me responsabilizam por tudo que acontece na região entre Ilhéus e Salvador. Eu não sou o único cacique Tupinambá. Sou cacique da Serra do Padeiro que fica na Terra Indígena Tupinambá de Olivença, que tem 21 aldeias e quase o mesmo número de caciques que lideram suas comunidades na luta pela terra do nosso povo", explica.

No último dia 30 de janeiro, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, requereu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a suspensão de liminares e sentenças em ações de reintegração de posse ajuizadas por donos de fazendas localizadas na Terra Indígena Tupinambá. O requerimento acabou na mesa do ministro Ricardo Lewandowski, que teria recebido a informação de que Babau descumpriu acordo e expulsou da terra indígena pequenos agricultores.

"Os pequenos só saem de lá quando o governo federal reassentá-los. A informação é mentirosa. Temos 300 crianças, filhos e filhas desses agricultores, que estudam nas escolas Tupinambá", revela Babau. O cacique explica que na região existe uma pressão sobre esses pequenos agricultores para que eles se retirem da Serra do Padeiro e acusem os Tupinambá de os terem expulsado. Alguns foram agredidos nas cidades do entorno da terra indígena, caso de Buerarema, e tiveram seus produtos saqueados.

Em outubro do ano passado, a Associação dos Juizes para a Democracia (AJD) enviou uma comissão ao território Tupinambá. Uma das conclusões da comissão de juizes, publicada na edição de outubro/dezembro do jornal da AJD, é de que "a grande maioria dos meios de comunicação divulga é que os indígenas são responsáveis pelos atos quando são, na verdade, vítimas. Incitam (tais factóides) a vingança e a violência abertamente, em publicações jornalísticas e até mesmo em outdoors, afirmando que se trata de falsos índios. Essa postura, reiterada pelos latifundiários da região, acaba por ser validada pelo governo federal, já que não foram, até hoje, tomadas as providências necessárias para que as demarcações se efetivassem".

No último dia 3, colunista baiano divulgou que a Polícia Federal e a Força Nacional caçavam
CONT.



cacique Babau e que ele "conta com apoio de grupos fortes e poderosos. Tem milhões de reais no bolso e lidera um exército de cinco mil homens que – armados e pilotando 150 motos e mais de vinte carros – estão tirando a paz e o sossego dos agricultores de Buerarema, Ilhéus, Una e São José" (leia na íntegra aqui).

Histórico de violências

O histórico recente de violências por parte do Estado contra os Tupinambá é vasto, tanto quanto de fazendeiros e pistoleiros. De prisões arbitrárias, abuso de força policial, torturas, destruição de casas, veículos comunitários, alimentos e equipamento escolar a lista de acusações contra o Estado parece interminável.

Foi assim que a Polícia Federal impôs sistematicamente, por ordem de decisões judiciais ou outras motivações nem tão claras para os indígenas, pressão aos Tupinambás para que deixassem as áreas retomadas por meio da luta. As ações recaíram principalmente contra o líder, Cacique Babau, e seus familiares.

A seguir, uma lista cronológica e atualizada das violências sofridas pelos Tupinambá nos últimos seis anos – tanto da PF quanto de pistoleiros e fazendeiros:

17 de abril de 2008

Primeira prisão do cacique Babau, acusado de liderar manifestação da comunidade contra o desvio de verbas federais destinadas a saúde. O cacique estava em Salvador no momento dos fatos.

23 de outubro de 2008

Ataque da PF na aldeia da Serra do Padeiro, com mais de 130 agentes, 2 helicópteros e 30 viaturas – para cumprimento de mandados judiciais suspensos no Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região e contra orientação do Ministério da Justiça, resultando em 22 indígenas feridos a bala de borracha e intoxicação por bombas a gás, destruição de casas, veículos comunitários, alimentos e equipamento escolar.

27 de maio de 2009

Prisão preventiva do irmão do cacique Babau, por dirigir carro da Funasa carregando mantimentos. O Desembargador Cândido Ribeiro, do TRF da 1ª Região, não encontrou justificativa na ordem de prisão, da Justiça Federal de Ilhéus.

2 de junho de 2009

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 22./ 2014

Brasília, 05 de fevereiro de 2014.

Cinco pessoas foram capturados e torturados por agentes da PF – spray de pimenta, socos, chutes, tapas, xingamentos e choque elétrico. Os laudos do IML/DF comprovaram a tortura, mas o inquérito concluiu o contrário.

10 de março de 2010

Cacique Babau é preso, durante a madrugada, em invasão da PF em sua casa, embora a versão dos agentes – comprovadamente falsa – informe que a prisão teria acontecido no horário permitido pela lei.

20 de março de 2010

Prisão do irmão do cacique Babau, por agentes da PF em plena via pública, enquanto levava um veículo de uso comunitário da aldeia para reparo.

16 de abril de 2010

Babau e seu irmão são transferidos para a penitenciária de segurança máxima em Mossoró (RN), por receio da PF de ver manifestações diante de sua carceragem em Salvador pela passagem do “Dia do Índio”, em desrespeito ao Estatuto do Índio.

3 de junho de 2010

A irmã de Babau e seu bebê de dois meses são presos na pista do aeroporto de Ilhéus pela PF, ao voltar de audiência com o presidente Lula, na Comissão Nacional de Política Indigenista, por decisão do juiz da comarca de Buerarema. Permanecem presos em Jequié por dois meses, até o próprio juiz resolver revogar a ordem de prisão.

5 de abril de 2011

Estanislau Luiz Cunha e Nerivaldo Nascimento Silva foram presos numa situação de “flagrante preparado” – prática considerada ilegal – num areal explorado por empresas, de dentro da Terra Indígena Tupinambá. Acusados baseados em meros indícios dos crimes de “extorsão” pela PF, Estanislau – que toma remédios controlados – e Nerivaldo – que teve a perna direita amputada, após baleamento por agente da PF – respondem ainda por “tentativa de homicídio” contra policiais federais. Coincidentemente, a ação foi feita na véspera da chegada do Secretario de Justiça do estado da Bahia, à região. Após dois meses e meio presos, o TRF da 1ª Região lhes concedeu a liberdade por 3 x0 em julgamento de habeas corpus, em 20 de junho.

3 de fevereiro de 2011

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 22./ 2014

Brasília, 05 de fevereiro de 2014.

Prisão da Cacique Maria Valdelice, após depor na Delegacia da Polícia Federal em Ilhéus, em cumprimento ao Mandado de Prisão expedido pelo Juiz Federal Pedro Alberto Calmon Holliday, acusada de "esbulho possessório", "formação de quadrilha ou bando" e "exercício arbitrário das próprias razões". A cacique foi libertada no final do mês de junho, após cumprir quatro meses em prisão domiciliar.

14 de abril de 2011

Por volta das 5h da manhã, fortemente armados e com mandado de busca e apreensão, vários agentes da PF vasculham a residência da cacique Valdelice, assustando toda a família – principalmente os muitos netos da cacique. Em Salvador, chegava para reuniões com autoridades locais a "Comissão Tupinambá" do CDDPH.

15 de abril de 2011

Fortemente armada, a PF acompanha oficiais de justiça em cumprimento de mandado de reintegração de posse. Indígenas e Funai não haviam sido previamente intimados do ato, que foi presenciado pelos membros do CDDPH, que testemunharam o despreparo de agentes e a presença de supostos fazendeiros que incitavam as autoridades contra os indígenas.

28 de abril de 2011

A Polícia Federal instaura o inquérito, intimando o procurador federal da AGU e os servidores da Funai a prestar depoimento sobre denúncia de "coação" contra a empresária Linda Souza, responsável pela exploração de um areal, situado na terra Tupinambá.

29 de abril de 2011

Prisão do cacique Gildo Amaral, Mauricio Souza Borges e Rubenildo Santos Souza, três dias antes da delegação composta por deputados federais da CDHM e membros do CDDPH/SDH visitarem novamente os povos indígenas da região por causa das violências que continuam a ser denunciadas.

5 de julho de 2011

Cinco Tupinambá são presos pela PF sob as acusações de "obstrução da justiça" e "exercício arbitrário das próprias razões", "formação de quadrilha" e "esbulho possessório".

18 de outubro de 2012

CONT.



No Fórum de Itabuna (BA), cinco Tupinambá, vítimas de tortura cometidas por polícias federais, prestaram depoimento ao juiz Federal em parte do procedimento da Ação Civil Pública por Dano Moral Coletivo e Individual movida pelo Ministério Público Federal (MPF) da Bahia contra a União. Os procuradores abriram inquérito também para apurar os responsáveis pela tortura, atestada e comprovada por laudos do Instituto Médico Legal (IML).

14 de agosto de 2013

Estudantes da Escola Estadual Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro foram vítimas de emboscada na estrada que liga Buerarema a Vila Brasil. O atentado ocorreu quando o caminhão (foto acima) que transportava os alunos do turno da noite para as suas localidades foi surpreendido por diversos tiros oriundos de um homem que se encontrava em cima de um barranco. Os tiros foram direcionados para a cabine do veículo, numa clara tentativa de atingir o motorista, que com certeza o atirador achava ser Gil, irmão do cacique Babau, pois o carro é de sua propriedade. Quem conduzia o carro era Luciano Tupinambá.

26 de agosto de 2013

No município de Buerarema, contíguo ao território tradicional Tupinambá, atos violentos promovidos por grupos ligados aos invasores da terra indígena. Indígenas foram roubados enquanto se dirigiam à feira e 28 casas foram queimadas até o início de 2014. O atendimento à saúde indígena foi suspenso e um carro da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) foi queimado.

8 de novembro de 2013

Aurino Santos Calazans, 31 anos, Agenor de Souza Júnior, 30 anos, e Ademilson Vieira dos Santos, 36 anos, foram executados em emboscada quando regressavam da comunidade Cajueiro, por volta das 18 horas, na porção sul do território Tupinambá, quando foram emboscados por seis homens. Disparos de arma de fogo foram feitos contra os indígenas. Na sequência os assassinos praticaram torturas, dilaceraram os corpos com facões e com o que é chamado na região de "chicote de rabo de arraia". Procuradores federais apontam assassinatos como parte do conflito pela terra.

28 de janeiro de 2014

Após realizar a reintegração de posse de duas fazendas localizadas na Serra do Padeiro, no município de Ilhéus, na Bahia, policiais federais e da Força Nacional montaram uma base policial na sede da fazenda Sempre Viva. Ataques com granadas contra os Tupinambá refugiados na mata.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 22./ 2014

Brasília, 05 de fevereiro de 2014.

2 de fevereiro de 2014

Durante invasão da Polícia Federal em aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, M.S.M, de 2 anos, em fuga para a mata, se desgarrou dos pais e acabou nas mãos dos policiais. O delegado Severino Moreira da Silva, depois da criança ter sido levada para Ilhéus pelos federais, a encaminhou para o Conselho Tutelar que, por sua vez, transferiu o menor para uma creche, onde ele segue longe dos pais e isolado por determinação da Vara da Infância e Juventude.



Polícia Federal invade aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro e leva criança de dois anos

SÍTIO SEPPIR, 05.02.2014

A atividade foi realizada na sede do Pnud Brasil, em Brasília, com a participação de gestores da SEPPIR, representantes da Fundação Ford, Incra, Palmares, Conaq, MDA e do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

Quem são, onde estão e como vivem as comunidades tradicionais brasileiras. Estas são algumas das questões a serem respondidas em mapeamento deste segmento da população, visando garantir a efetividade das políticas públicas a ele direcionadas. O assunto foi discutido em reunião de instituições parceiras, proposta pela Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais (Secomt), da SEPPIR, no dia 30 de janeiro.

O objetivo do encontro, realizado na sede do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), em Brasília-DF, foi discutir projetos desenvolvidos pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), com foco nas comunidades quilombolas, além de planejar ações a serem empreendidas em conjunto.

Além das representações da SEPPIR e do Pnud, participaram da atividade gestores da Fundação Ford e da Fundação Cultural Palmares (FCP/MinC), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

Mapeamento - De acordo com o especialista em Políticas Públicas da SEPPIR, Renato Flit, o mapeamento é uma das principais iniciativas a serem adotadas. "A junção das informações oficiais disponíveis também é um passo crucial, de forma a tornar notória a realidade das comunidades", completou. Nesse sentido, Flit citou o Sistema de Monitoramento como uma ferramenta que, "além de permitir a participação popular no acompanhamento e implementação de programas, surge como alternativa para reunir dados que estavam, até então, inacessíveis ou díspares".

Esteve na pauta do evento, ainda, a proposta de oferta de cursos de capacitação para quilombolas inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR), do Ministério do Meio Ambiente (MMA). O instrumento é fundamental na regularização de posses e propriedades rurais.

Além disso, foi discutida a parceria firmada entre SEPPIR e PNUD, cuja assinatura ocorreu em dezembro do ano passado com vigência até dezembro de 2016, e que prevê investimentos de R\$ 5,5 milhões voltados ao desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades negras tradicionais.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 22./ 2014

Brasília, 05 de fevereiro de 2014.

A cooperação prevê a realização de mapeamentos socioeconômicos participativos dos territórios, com consequente fortalecimento das cadeias produtivas do agroextrativismo quilombola e valorização dos produtos oriundos dessas comunidades. A principal estratégia é a identificação dos itens com o Selo Quilombos do Brasil, criado pela SEPPIR no âmbito do Programa Brasil Quilombola (PBQ).

Regularização - Outra prioridade discutida no encontro foi a necessidade de agilização do fluxo de regularizações fundiárias, a intenção de ampliar a abrangência dos mapeamentos participativos realizados junto ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, e a preocupação em resolver conflitos agrários resultantes das disputas por terras no país.

Coordenação de Comunicação da SEPPIR



Incra-MG pede fazendas na Justiça para regularizar quilombolas

SÍTIO O TEMPO, 05.02.2014

Se as quatro fazendas forem desapropriadas, seus donos receberão cerca de R\$ 5,1 milhões em indenizações; então, a associação de moradores da comunidade quilombola será a proprietária das terras

DA REDAÇÃO

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Minas Gerais (Incra-MG) tenta conseguir na Justiça a desapropriação de quatro fazendas no Norte de Minas para regularizar o território já ocupado pela comunidade quilombola Brejo dos Crioulos. A Procuradora Federal Especializada junto ao Incra/MG ajuizou, na sexta-feira (31), quatro ações solicitando cerca de 3.000 hectares de propriedades que ficam entre os municípios de Varzelândia, Verdelândia e São João da Ponte. As terras correspondem a parte do total de 17,3 mil hectares pleiteados pelos 500 membros da comunidade.

Se a Justiça acatar o pedido do Incra-MG, as fazendas Boa Vista, Arapuá/Gramado, Arapuá e parte da Morro Preto serão desapropriadas, e seus atuais donos receberão, ao todo, cerca de R\$ 5,1 milhões em indenizações. Então, será concedido o título de propriedade à comunidade quilombola em caráter inalienável. As terras passarão a ser propriedade da associação dos moradores da área, o que é registrado no cartório de imóveis e não tem custo para os beneficiados. Veja aqui as etapas da regularização quilombola.

Ainda não há previsão para julgamento das ações.

Atentato

A comunidade quilombola Brejo dos Crioulos acusa o filho do dono de uma das fazendas de tentar matar cerca de 40 pessoas que estavam acampadas no local no dia 19 de janeiro. Duas pessoas foram baleadas e outras ficaram feridas por chutes e coronhadas quando um grupo de cerca de dez homens, todos encapuzados, apareceu no acampamento. O fazendeiro acusado de ser o mandante do atentado foi ouvido pela Polícia Civil no último dia 24. Ele negou participação no crime e foi liberado.



Assembleia Legislativa suspende sessão para ouvir indígenas de AL
SÍTIO G1/AL, 04.02.2014

*Votação dos projetos militares terá que esperar um pouco mais.
Tribo Xukuru-Kariri reivindicam reforma de escola em Palmeira dos Índios.*

A sessão da Assembleia Legislativa de Alagoas desta terça-feira (4) tão aguardada pelos militares, já que dois projetos da categoria estão previstos para serem votados, foi suspensa após a chegada de índios da aldeia Xukuru-Kariri, localizada no município de Palmeira dos Índios.

Os indígenas estão na capital alagoana desde ontem para discutir a situação da obra da Escola Estadual Indígena Miguel Celestino da Silva que, segundo eles, começou a ser reformada há um ano, mas a obra nunca foi concluída. Eles estão acampados na sede da Secretaria da Educação desde segunda-feira (4) aguardando a presença da FUNAI e de outros órgãos como Ministério Público Federal para discutir melhorias na educação das crianças.

A sessão da ALE foi suspensa e os deputados receberam uma comissão, além do pajé Celso Celestino, para ouvir as reivindicações dos índios da tribo Xukuru-Kariri.

Apesar de suspensão, a sessão está bastante movimentada. Além dos projetos de realinhamento salarial e do "bico legal" dos militares, está prevista também a votação da PEC dos delegados, que reconhece o poder da polícia como carreira judiciária. Cerca de 60 delegados acompanham a sessão na parte de cima do plenário, onde ficam os visitantes.

Segundo o delegado Antônio Carlos Lessa, a PEC é uma forma de reconhecimento dos delegados. "13 estados já reconhecem e a nossa expectativa é que hoje tenhamos esse reconhecimento em Alagoas", afirma.

Projetos dos militares

A votação dos projetos dos militares já foi adiada diversas vezes desde o início do ano. Primeiro porque o texto sobre realinhamento demorou a ser enviado pelo Executivo e depois porque precisava de ajustes.

Sobre os pontos modificados no projeto de realinhamento, segundo o sargento Teobaldo, houve três alterações. Uma delas é o artigo primeiro, que dizia que o próximo governo poderia dar ou não aumento salarial.

A segunda modificação é sobre a inflação que seria aplicada em 2015, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que foi retirado totalmente do projeto. E o terceiro é uma mudança na Tabela 4, sobre o último aumento, que estava em maio de 2015, mas os militares quiseram em abril de 2015, como foi acordado.



Carlos Amorim critica a desocupação do território indígena Awá-Guajá

SÍTIO ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO, 04.02.2014

O deputado estadual Carlos Amorim (PDT) usou o seu tempo na tribuna, nesta terça-feira (4), para criticar a ação do governo federal que, a pedido da Fundação Nacional do Índio (Funai), determinou a desocupação, dentro de 40 dias, de moradores não-índios que vivem no território indígena Awá-Guajá, em cumprimento à decisão judicial expedida em dezembro do ano passado. O território em questão abrange os municípios de São João do Caru, Zé Doca e Bom Jardim.

O problema, que atinge cerca de 1.220 famílias obrigadas a deixar para trás suas propriedades, de onde tiram o seu sustento há mais de 30 anos, preocupa o deputado. Segundo Amorim, o governo do Estado faz descaso da situação. "Eu fico surpreso com a omissão do governo do Estado do Maranhão a um problema social sério como esse, que está se arrastando há muito tempo. Não se vê uma palavra oficial do Governo em solidariedade a essas pessoas que sairão daquela área sem saber onde e para aonde ir", disse Carlos Amorim.

Para o parlamentar, o Governo do Estado deveria mobilizar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Maranhão (Incra) para que providencie áreas destinadas ao assentamento das famílias. "São pessoas que produzem, que sobrevivem daquilo, pessoas que estão lá há décadas e têm crianças, e no entanto é lamentável a omissão, a despreocupação, a frieza do Governo do Estado para com as pessoas que habitam aquela região".

Carlos Amorim fez ainda uma comparação com a crise no sistema penitenciário do Maranhão, afirmando que o "Maranhão está com sua imagem trucidada pela fragilidade do Sistema de Segurança Pública" e que o mesmo poderá acontecer com o caso de despejo das famílias que ocupam o território indígena. "A qualquer momento vocês também vão ver no Jornal Nacional e nos telejornais do país fatos envolvendo aquelas pessoas e índios em razão dessa omissão do governo", afirmou.

APOIO

O deputado André Fufuca (PEN) entrou na discussão declarando total apoio ao posicionamento de Carlos Amorim. "Conheço muito bem aquela área e muitos moradores que ali vivem, e tenho a certeza e a convicção de que aquilo é uma das maiores injustiças e ato de crueldade já praticado pela Funai contra qualquer civil ou qualquer habitante de uma região. São pessoas que nasceram naquela região, idosos com as mãos e os pés calejados e rachados de tanto trabalhar e que hoje se encontram com uma mão na frente e outra atrás, tendo que sair de suas casas, de seus ranchos, de suas fazendas, de suas propriedades, que não foram compradas por má fé, como eles próprios dizem", ressaltou.

Fufuca finalizou afirmando que "quem conhece as aldeias do Estado, hoje vê a concentração de
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 22./ 2014

Brasília, 05 de fevereiro de 2014.

miséria, a concentração de esquecimento de que seus moradores são vítimas. São postos de saúde sem médicos, são escolas sem professores. Ao invés da Funai achar que simplesmente doando terras irá curar o mal de séculos, ela deve, sim, cuidar da saúde e da educação dos seus índios. Abraço a sua causa, conte comigo nesta luta”, completou.



Versão oficial sobre situação dos indígenas hondurenhos é rebatida por entidades
SÍTIO ADITAL, 04.02.2014

Tendo em vista a análise que será realizada pelo Comitê da Eliminação do Racismo e da Discriminação (Cerd) nesta terça-feira, 04 de fevereiro, do informe apresentado pelo Estado de Honduras, elaborado em dezembro de 2012 pela extinta Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, a Organização Fraternal Negra Hondurenha (Ofraneh) destaca que o referido documento omite ou maquia as graves violações aos direitos humanos dos povos indígenas cometidas nos últimos anos. Para a entidade, especialmente na costa norte, permanece um Estado falido, acompanhado de uma espiral de violência que converteu Honduras no país com maior índice per capita de homicídios do planeta.

A Ofraneh afirma que os povos indígenas têm sido vítimas de uma série de estratégias de apropriação violenta de seus territórios e de sua cultura, acentuadas a partir do golpe de Estado de 2009. "A ofensiva neoliberal no marco do Projeto Mesoamérica (ex-Plano Puebla Panamá), além da política de estrangulamento da propriedade comunitária promovida há mais de uma década pelo Banco Mundial, situações que têm trazido resultados desastrosos para nossos povos", ressalta a Organização.

A administração do presidente Porfirio Lobo Sosa (2010-2014), ademais de ter criado as recentemente extintas Secretaria para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas e Afrodescendentes (Sedinafroh) e a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, promoveu, nos territórios indígenas, na avaliação da Ofraneh, a construção de mega represas, exploração de hidrocarbonetos, mineração a céu aberto, além de ter entregado faixas territoriais para a criação de estados quase independentes sob a denominação de "cidades modelo".

O massacre dos indígenas Miskitos, em Ahuas, perpetrada por agentes da DEA e da polícia hondurenha (maio de 2012), passando pela perseguição sistemática de líderes lencas opostos ao saque dos bens coletivos, os assassinatos de Tolupanes contrários à mineração ilegal, até a dissolução de títulos comunitários concedidos ao povo Garífuna, fazem parte da ofensiva da Administração Lobo Sosa contra os povos indígenas, salienta a Ofraneh.

A mesma entidade propõe que o Cerd leve em conta o informe alternativo elaborado e enviado ao Comitê pelo Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas de Honduras (ODHPINH) no último dia 07 de janeiro. Neste documento, o ODHPINH rebate a versão estatal, "salpicada do paternalismo praticado pela Sedinafroh, instância onde foi promovida a divisão dos povos através de dádivas e empregos oferecidos a supostos líderes".



Questão fundiária indígena não pode esperar, diz Delcídio

SÍTIO MIDIAMAX NEWS, 05.02.2014

O senador Delcídio do Amaral (PT) afirmou, nesta terça-feira (4), que a solução para a situação fundiária indígena não pode esperar, mesmo sendo um ano de eleição. "Isso é absolutamente necessário", afirmou, em entrevista à rádio FM Capital.

Delcídio contou que esteve com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e que considera um avanço a indenização da terra nua.

Para o senador, é preciso tratar o caso por um viés humanista e que considere as características e a economia de Mato Grosso do Sul.

Há anos, fazendeiros e índios vivem uma situação de conflito em Mato Grosso do Sul por conta de terras. Confinados em pequenas áreas, índios reivindicam terras que consideram tradicionais. Do outro lado da trincheira, produtores rurais alegam ter adquirido as áreas de boa-fé.



Funai discute visitação em Terras Indígenas

SÍTIO FUNAI, 04.02.2014

A Fundação Nacional do Índio promoveu entre os dias 27 e 31 de janeiro a Oficina de Divulgação da Minuta de Instrução Normativa de Visitação em Terras Indígenas com Finalidade Turística. Com o objetivo de informar o movimento indígena sobre o tema, aprimorar a minuta do documento e definir os próximos passos para regulamentação do assunto, a Coordenação de Promoção ao Etnodesenvolvimento organizou o evento, que contou com a participação das Coordenações Regionais e Coordenações Técnicas Locais, de representantes indígenas da Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI, Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI), além de representantes indígenas que já desenvolvem atividades de visitação turística em terras indígenas.

O material discutido na Oficina é fruto da sistematização das informações colhidas a partir de levantamento bibliográfico, de documentos sobre o assunto e de incursões a campo em diferentes regiões do país onde indígenas já trabalham com o turismo nas comunidades. O encaminhamento da Oficina foi o ajuste da minuta com base nas contribuições do grupo e a necessidade de consultas regionais. O prazo para realização destas atividades se encerra em 2015.

Regulamentação

A regulamentação da visitação em Terras Indígenas com finalidade turística é uma demanda indígena estabelecida oficialmente na PNGATI, que estabelece apoiar as iniciativas indígenas de ecoturismo e etnoturismo sustentáveis em suas terras, respeitada a autonomia e diversidade dos povos indígenas e garantida a realização de estudos prévios, diagnósticos e impactos socioambientais e a capacitação dos povos indígenas para a gestão e controle dessas atividades. Nesse sentido, a FUNAI, por meio da CGETNO, inseriu uma meta no Plano Plurianual – PPA 2012-2015 que propõe regulamentar o etnoturismo e ecoturismo em terras indígenas, de forma sustentável.

A visitação com a finalidade turística é uma atividade com grandes potenciais, mas que também apresenta riscos. Por um lado, surge como uma possibilidade de geração de renda de baixos impactos ambientais, socioculturais e de retorno econômico para as comunidades. Por outro, a atividade pode ameaçar a saúde indígena, os recursos genéticos os conhecimentos associados, a ordem ambiental e social dos Povos Indígenas. Assim, a sustentabilidade do turismo nas Terras Indígenas depende de uma regulamentação que considere as especificidades das dimensões ambiental e cultural envolvidas.



Boletim de Notícias - Edição nº 22./ 2014

Brasília, 05 de fevereiro de 2014.

Presidente da Câmara de vereadores São José do Xingu acredita que governador irá cumprir com o compromisso firmado

SÍTIO O REPÓRTER DO ARAGUAIA, 04.02.2014

No último dia 29 de janeiro o Presidente da Câmara de vereadores de São José do Xingu - MT, Wanderli Catirinha em nome do legislativo e do Secretario de Obras Fabio Condom, informou à população que solicitou ao governador Silval Barbosa, 02 ambulância, 02 caçamba basculante, 20 mil litro de óleo diesel, reparação da estrada MT-437 e a MT-322 estrada a saída do Rio Xingu.

Dentre outros pedidos o presidente solicitou uma balsa do Rio Xingu para o cacique Raoni Metuktire líder indígena brasileiro da etnia caiapó. É conhecido internacionalmente por sua luta pela preservação da Amazônia e dos povos indígenas. Foi em 1954 que Raoni e os caiapós encontraram pela primeira vez os homens brancos. Aprendeu a língua portuguesa com os Irmãos Villas-Bôas, famosos indigenistas brasileiros.

Lima Araújo/O Repórter do Araguaia



PF realiza reintegrações em áreas de conflitos indígenas no sul da Bahia

SÍTIO G1/BA, 05.02.2014

Dois terrenos de Buerarema passam por desocupação nesta terça (4). Operações ocorrem sem conflitos, segundo delegado da PF na cidade.

Duas fazendas do município de Buerarema, localizado a 455 km de Salvador, que estavam sob a ocupação de povos indígenas, passam por procedimentos de reintegração de posse desde a manhã desta terça-feira (4). De acordo com o delegado da Polícia Federal, Alex Cordeiro, responsável pelas operações, até o início da tarde desta terça, as ações de retomada dos terrenos "têm sido tranquilas e sem conflitos".

De acordo com a polícia, os terrenos que estão sendo desocupados para a reapropriação dos donos estão localizados na região da Serra do Padeiro, sendo que uma das fazendas alvo de reintegração foi ocupada há cerca de sete anos. "Esta é a localidade mais delicada, mas está ocorrendo tudo bem, por enquanto", disse Cordeiro.

Ainda segundo o delegado, desde o início dos procedimentos de reintegração, iniciados em dezembro de 2013, 25 fazendas foram devolvidas aos donos na região. As duas fazendas ocupadas pela polícia nesta terça ainda não foram somadas ao balanço.

Após os conflitos ocorridos na quarta-feira (29), durante a desocupação de outras duas fazendas da mesma localidade, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, solicitou do Supremo Tribunal Federal (STF) a suspensão de liminares e sentenças em ações de reintegração de posse ajuizadas por donos de fazendas localizadas na Terra Indígena Tupinambá.

Segundo o chefe do Ministério Público Federal (MPF), o caso demanda a intervenção excepcional do STF para atuar como agente pacificador. Janot argumenta que se deve priorizar uma solução provisória prudente e cautelosa para se evitar a ocorrência de dano maior à ordem e à segurança pública.

Como a possível suspensão da liminar que autoriza as reintegrações não foi decidida pelo STF, segundo o delegado Alex Cordeiro, os procedimentos na região são realizados normalmente.

Conflitos

Índios da tribo Tupinambá e agentes da Polícia Federal (PF) trocaram tiros na madrugada de quarta-feira (29), em Buerarema, no sul do estado, de acordo com informações da PF. De acordo com o órgão, duas fazendas foram reintegradas por ordem da justiça, uma base policial foi instalada em uma dessas fazendas e com isso, os índios precisaram deixar as terras.

CONT.



Os índios colocaram barreiras nas principais vias que cortam a região de Buerarema e segundo a polícia, o objetivo da ação era isolar a base da Força Nacional que está na área de conflito.

“Os índios começaram a atirar na base policial de dentro do mato com armas de fogo e fogos de artifício. Os policiais pediram reforços, então eles derrubaram mais de 10 árvores no meio da pista para impedir a chegada dos outros policiais” contou o delegado da Polícia Federal, Alex Cordeiro. Ainda segundo a polícia, os agentes conseguiram chegar à base na manhã desta quarta (29). Ninguém ficou ferido na ação.

A índia Tupinambá, Magnólia Jesus da Silva, disse que os índios foram expulsos com a roupa do corpo das casas. “Eles mandaram todos saírem das casas, os índios nem conseguiram pegar nada, saíram com a roupa do corpo e agora estão no meio do mato. Quando os índios gritam, eles [policiais] atiram para dentro do mato” relata Magnólia.

No mês de outubro do ano passado, o Ministério Público Federal (MPF) em Ilhéus, entrou com uma Ação Civil Pública pedindo novo prazo para que o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, decida a respeito do processo de demarcação do território indígena tupinambá na região de Buerarema.

O processo começou em 2004 e em abril de 2012, a consultoria jurídica do Ministério da Justiça emitiu parecer favorável à Fundação Nacional dos Índios (Funai). De acordo com o processo, o prazo para que o ministro desse um parecer seria de 30 dias, mas a ação já corre há um ano e meio, sem nenhuma decisão.

Ainda no mesmo mês, o governador da Bahia, Jaques Wagner se reuniu com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em Brasília, para discutir os conflitos de terra na região. Após a reunião, foi decidido que o ministro iria comparecer à Bahia dias depois para a um encontro com lideranças indígenas e proprietários rurais com o objetivo de mediar o conflito de terras do município de Buerarema.

Wagner afirmou que a mediação busca um entendimento na questão que envolve a disputa de uma área de 47 mil hectares.

Já o ministro, informou que a questão seria analisada com total imparcialidade e que o plano de segurança para restabelecimento da paz na região, está sendo elaborado de forma conjunta entre o Ministério da Justiça, Ministério Público Federal, Força Nacional de Segurança e Secretaria de Segurança Pública da Bahia.

Conflito

A localidade conhecida como Serra do Padeiro, entre Buerarema, Una e Ilhéus, é alvo de disputa entre índios e produtores rurais.

De acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai), indígenas estão ocupando fazendas na Terra Indígena Tupinambá de Olivença, que pertence aos índios Tupinambás.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) afirma que 300 indígenas Tupinambás participam

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 22./ 2014

Brasília, 05 de fevereiro de 2014.

das ações de ocupação das fazendas, que ficam em uma área de 47.376 hectares.

Segundo o Cimi, a área foi reconhecida pela Funai e o processo estaria parado no Ministério da Justiça, o que teria motivado a ocupação das terras.



comunidade Burajuba recebe certificado de autodefinição como quilombola
SÍTIO MPF/PA, 04.02.2014

As famílias da comunidade de São Sebastião de Burajuba, de Barcarena, no nordeste do Pará, estão oficialmente autodefinidas como quilombolas. A certidão de autodefinição, publicada pela Fundação Cultural Palmares no final de 2013, foi entregue às famílias no último sábado, 1º de janeiro, em cerimônia promovida pela prefeitura local com a participação da Superintendência do Patrimônio da União no Pará.

A certidão atesta às instituições e órgãos públicos que a comunidade se autodefine como quilombola. É um reconhecimento das origens e dos direitos das famílias. Além de possibilitar que a comunidade tenha acesso mais amplo a políticas públicas, a autodefinição como quilombola é o primeiro e mais importante passo para a obtenção da titulação das terras quilombolas, fornecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A obtenção do certificado foi comemorada com muita emoção pelas lideranças quilombolas. "Para mim é uma verdadeira carta de alforria. É o reconhecimento de que eu não sou invasora, sou quilombola", comemorou a líder comunitária Maria do Socorro Costa da Silva. "Chega de ser buscada dentro de casa para dar depoimentos em delegacias, chega de ter meus direitos aviltados pelos próprios órgãos que deveriam defendê-los", desabafou.

Histórico de conflitos - Desde o início da atuação da Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (Codebar), nos anos 80, a área de Burajuba é foco de conflitos. Na área central da Vila dos Cabanos, região nobre do município, parte da comunidade foi removida para casas de madeira em um bairro de periferia chamado Laranjal, a troco de indenizações que muitos sustentam não terem sido pagas.

Como o dinheiro era insuficiente e as cerca de 50 famílias estavam habituadas a viver de roça, pesca e coleta, muitos moradores de Burajuba não conseguiram se adaptar ao ambiente urbano e retornaram às terras, o que gerou conflito com a extinta Codebar.

Em 2008 o Ministério Público Federal no Pará (MPF/PA) levou o caso à Justiça Federal, que em decisão liminar (urgente) impediu que a Codebar vendesse a área, determinação confirmada por sentença publicada em 2012.

Segundo o procurador da República Felício Pontes Jr., que propôs a ação, "Burajuba é um caso emblemático de como os grandes projetos implementados na Amazônia simplesmente negaram a realidade do povo que vive aqui".

Um dos líderes de Burajuba, Odil Pantoja Marques, concorda: "O tão falado desenvolvimento chegou, mas só para poucos. Só para quem tinha diploma, para os engenheiros e técnicos. Para nós, agricultores, a situação só piorou".

Por essas e inúmeras outras dificuldades, o reconhecimento da comunidade como quilombola



Boletim de Notícias - Edição nº 22./ 2014

Brasília, 05 de fevereiro de 2014.

foi comemorado como uma grande vitória. "É a justiça começando a ser feita", disse o morador de Burajuba Eduardo Cravo.

Autodefinição – Em 2013 a comunidade entrou em contato com a Universidade Federal do Pará (UFPA) e solicitou à professora Rosa Acevedo Marin, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea), apoio na produção de estudo que registrasse a história das famílias de Burajuba.

A pesquisa histórico-antropológica foi realizada em Belém e em Barcarena. Na capital a pesquisa de fontes documentais foi realizada na Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, na Comissão Demarcadora de Limites, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e na biblioteca do Naea. Em Barcarena foram feitas entrevistas gravadas e trabalhos de georreferenciamento, registra relatório da pesquisa enviada à Fundação Cultural Palmares. A pesquisadora Rosane Maia, que participou da elaboração dos estudos, também esteve presente na cerimônia do último sábado.

Publicação do certificado de autodefinição no Diário Oficial da União

Fotos da cerimônia de recebimento do certificado

Assessoria de Comunicação
Ministério Público Federal no Pará
(91) 3299-0148 / 3299-0177
ascom@prpa.mpf.gov.br
<http://www.prpa.mpf.mp.br/>
http://twitter.com/MPF_PA
<http://www.facebook.com/MPFPara>



Após chegada da polícia, famílias se espalham por terra indígena em MT

SÍTIO G1/MT, 05.02.2014

Equipes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Ibama estão na área. Posseiros alegam que governo não cumpriu acordo de reassentamento.

s famílias que retornaram para a reserva indígena Marãiwatsédé, em Alto Boa Vista, a 1.064 km de Cuiabá, e tinham se concentrado na comunidade de 'Posto da Mata' se espalharam pela área de aproximadamente 165 mil hectares após a chegada de agentes da Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF) e de agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), na semana passada. De acordo com o presidente da Associação dos Produtores Rurais da Suiá Missú (Aprosum), Sebastião Prado, os produtores voltaram para as propriedades rurais onde viviam antes do processo de desintrusão.

Segundo o presidente da associação, cerca de 70% da população total que vivia no local antes da desocupação, retornaram para a área há aproximadamente três semanas. "Cada um está na sua propriedade que é de direito. Nossos direitos constitucionais não foram respeitados. O governo não cumpriu o acordo de reassentar as famílias", alegou Prado. Além disso, o presidente disse que nesta terça-feira (4) foi protocolada uma petição exigindo a realização de uma reunião urgente com os órgãos responsáveis pelo caso.

A polícia está na área com a finalidade de identificar e monitorar as atividades do grupo que invadiu a reserva que pertence aos índios xavantes. O trabalho visa cumprir decisão da Justiça no dia anterior determinando o uso de força federal para conter as famílias. O despacho, assinado pelo juiz Jefferson Schneider, da 5ª Vara Federal de Mato Grosso, também determinou o envio de forças da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

O processo de desintrusão de famílias e produtores rurais da terra indígena começou em dezembro de 2012 e terminou em abril de 2013, após a determinação judicial do final de 2012.

Conforme a Secretaria Nacional de Articulação Social, a volta dos ex-ocupantes é ilegal. "O que eles estão fazendo é uma invasão criminosa. E estão colocando em risco as próprias famílias e as famílias dos índios que vivem ali", disse Paulo Maldos da secretaria. Entretanto, de acordo com o presidente Aprosum, o processo de desintrusão não acabou. "A decisão ainda não transitou em julgado, então é reversível", alegou o Prado.

De acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai), a homologação da Terra Indígena, por decreto presidencial ocorreu no ano de 1998. A área está registrada em cartório na forma de propriedade da União Federal, conforme legislação em vigor, e seu processo de regularização é amparado pelo Artigo 231 da Constituição Federal, a Lei 6.001/73 (Estatuto do Índio) e o Decreto 1.775/96, pontua a Funai. No entanto, diversos recursos impetrados na Justiça marcaram a divisão de lados entre os produtores e indígenas.



Boletim de Notícias - Edição nº 22./ 2014

Brasília, 05 de fevereiro de 2014.

O advogado da Associação dos Produtores Rurais da Suiá Missú, disse que foi procurado pelos posseiros que informaram que iriam voltar à área. "Eles pediram a minha opinião e eu disse que era contra nova invasão, porque decisão judicial tem que ser cumprida. Mesmo assim, disseram que iam retornar", disse Luiz Alfredo Feresin.

Segundo ele, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) não cumpriu com a obrigação de alocar as famílias com perfil de reforma agrária em outra área. "Como o Incra não fez a parte dele, que era de assentar as pessoas com perfil de sem-terra, essas famílias ficaram sem ter para onde ir. E o judiciário não toma providência alguma. Por isso eles querem voltar", relatou. "Os índios nunca tomaram posse da área", acrescentou.



INFORME 14 – Operação de desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá
SÍTIO FUNAI, 05.02.2014

Prossegue a desintrusão da Terra Indígena Awá, localizada no noroeste do Maranhão, iniciada no dia 5 de janeiro. A ação do governo federal cumpre a decisão da Justiça Federal do Maranhão de retirar todos os não indígenas da Terra Indígena Awá, localizada entre os municípios de Centro Novo do Maranhão, Governador Newton Bello, São João do Caru e Zé Doca. A primeira fase da operação – a de notificação judicial dos ocupantes não índios – acabou na última semana, com o total de 427 notificados. As equipes volantes do governo federal fazem um mutirão para atender as famílias que ocupam a Terra Indígena – até o momento foram cadastradas pelo Incra 233 famílias, para poderem ter direito ao assentamento, por meio do Plano Nacional de Reforma Agrária. Apenas neste final de semana, 66 famílias foram cadastradas nos povoados de Cabeça Fria, Caju e Vitória da Conquista. O cadastro é essencial, pois apenas por meio desse processo serão selecionadas as famílias que poderão ou não ser assentadas. O prazo para as inscrições das famílias na Reforma Agrária vai até o dia 7/2, sexta-feira.

O governo federal também irá assegurar outros benefícios, como Crédito Apoio e Fomento, PRONAF, vias de acesso e assistência técnica. Políticas como o Minha Casa, Minha Vida, Luz para Todos e Água para Todos também estarão garantidas. Para garantir a inscrição das famílias no Cadastro Único, à cargo das prefeituras locais, primeiro passo para o acesso ao Plano Nacional de Reforma Agrária e Bolsa Família, funcionários do programa de documentação do INCRA estão fornecendo serviços como a confecção de CPF (com 75 atendimentos), Carteira de Trabalho (105 atendimentos), Carteira de Identidade (101 atendimentos), além da atualização do cadastro de 28 famílias no Bolsa Família. Na base principal da Operação, localizada em São João do Caru, o INSS também está presente para atender aqueles que têm direito a benefícios como auxílio-doença, salário-maternidade, amparo social ao idoso ou deficientes, entre outros.

Disque 100

Também continua disponível o serviço Disque 100, para informações e denúncias sobre o processo de desintrusão. O serviço oferecido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, funciona 24 horas por dia, incluindo sábados, domingos e feriados. As ligações podem ser feitas de toda a região, por meio de discagem direta e gratuita, de qualquer terminal telefônico fixo ou móvel, bastando discar 100. As famílias que vão precisar sair do local podem ter todas as informações sobre os seus direitos.

A Operação é formada por uma equipe interministerial, coordenada pela Funai, Secretaria-Geral da Presidência da República, e composta pelo Ministério da Defesa (Exército e Força Aérea Brasileira), Polícias Federal e Rodoviária Federal, Força Nacional, ICMBio, Ibama, Gabinete de Segurança Institucional – ABIN, Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, Ministério do Desenvolvimento Agrário/Incra e INSS.

MPF participa de reunião com lideranças indígenas de Guajará-Mirim
SÍTIO RONDÔNIA VIP, 05.02.2014



Durante encontro de indígenas em Guajará-Mirim, lideranças relataram ao Ministério Público Federal (MPF) as dificuldades para acesso à educação, saúde, transporte e outros direitos das comunidades. Os procuradores da República Daniel Luis Dalberto e Wesley Miranda Alves participaram do encontro. Eles enfatizaram que a defesa dos direitos indígenas é uma das atribuições do órgão e disseram estar presentes a fim de conhecer de perto a situação indígena para assim poder exercer suas funções estabelecidas na Constituição da República e nas demais normas.

Guajará-Mirim concentra a maior população indígena de Rondônia. A maior parte das aldeias está situada a grandes distâncias da sede do município e a Funai não tem conseguido suprir a necessidade de transporte dos indígenas para que possam comercializar peças de artesanato e o excedente de sua produção, que também em razão disso, tem diminuído drasticamente, o que agravou a situação dos indígenas.

Das seis terras indígenas existentes no município, em apenas duas o acesso se dá por terra. As demais são as mais populosas e o transporte ocorre apenas pelo rio.

Por falta de manutenção, os barcos da Funai não existem mais e os indígenas utilizam suas canoas, que nem sempre são seguras para o transporte. Esta situação causa problemas tanto para o escoamento da produção agrícola como para o acesso às escolas e aos postos de saúde.

No transporte feito por veículos da Funai, os indígenas são transportados nas carrocerias, com os produtos agrícolas levados para serem comercializados na cidade, em condições inadequadas, situação que já ocasionou tragédias com mortes no passado recente. A Funai

CONT.



informou que existem apenas dois veículos em condições de uso no órgão e que solicitou mais carros ao Ministério da Justiça, mas houve cortes no orçamento. A autarquia também aguarda desde 2006 doação de veículos por meio da compensação social da Usina Hidrelétrica de Jirau. O procurador Daniel Luis Dalberto reconheceu a gravidade da situação e disse que, em conjunto com a Funai, verificará o que pode ser feito para minimizar os problemas relatados nessa área.

Na área de educação, os indígenas da comunidade de Baía da Coca solicitaram a colaboração do MPF na implantação de uma casa de apoio na localidade de Surpresa para os alunos indígenas que precisam cursar o ensino médio. As lideranças pediram ajuda ao MPF para que a educação de nível médio seja implantada nas comunidades indígenas a fim de evitar que os jovens precisem deixar as aldeias para estudar na cidade.

O procurador Daniel Dalberto informou que encaminhará medidas para a impulsionar a implantação do ensino a distância nas comunidades, conforme modelo em uso no Amazonas. Explicou, em linhas gerais, o funcionamento do programa e solicitou que todos pensem e debatam esse assunto, que pretende encaminhar junto à Secretaria Estadual de Educação (Seduc). Ele também informou aos participantes do encontro que o processo de abertura do concurso para professores indígenas está em andamento pela Seduc e que o edital deverá ser lançado nos próximos dias, sendo um marco no país, pois será o primeiro concurso público para professores indígenas no Brasil.

Quanto o atendimento à saúde, o procurador Daniel Dalberto informou que há uma ação civil pública do MPF em tramitação na Justiça Federal de Guajará-Mirim, com pedido de reestruturação da Casa de Apoio à Saúde Indígena (Casai) de Guajará-Mirim, com cronograma de implantação em andamento de acordo com um acordo feito na Justiça. A Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) expôs que o órgão está procurando um local para abrigar a Casai até a conclusão das novas instalações.

Os indígenas reclamaram da precariedade e da falta do atendimento e enfatizaram que esse é o maior de todos os problemas. "A precariedade e falta de atendimento na área da saúde não pode ser vista como uma situação normal. Os responsáveis devem ser identificados e responsabilizados e as providências deverão ser tomadas na busca de soluções para os problemas apresentados", afirmou o procurador.

O encontro das lideranças indígenas de Guajará-Mirim foi realizado na última quinta-feira, 30 de janeiro, na Paróquia Nossa Senhora Aparecida e teve a participação de representantes do MPF, Funai, Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Sesai e Seduc.

Carta de apoio à pronta demarcação da Terra Indígena dos Tupinambá de Olivença, contra as reintegrações de posse e as violações aos direitos humanos dos indígenas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.02.2014



Cartaz ruralista, defendendo a violência contra os Tupinambá

Nós, pesquisadores que desenvolvemos investigações acadêmicas junto ao povo indígena Tupinambá, no sul da Bahia, Brasil, manifestamos publicamente nossa preocupação com uma nova situação que põe em ameaça o frágil equilíbrio na região: nas últimas semanas, a Polícia Federal e a Força Nacional estão cumprindo dezenas de ordens de reintegração de posse em fazendas que incidem sobre o território reconhecido pela União como de ocupação tradicional pelos Tupinambá de Olivença.

É importante ressaltar que, ao contrário do que tem sido divulgado, as mais de 120 “retomadas” efetuadas pelos 13 caciques Tupinambá, ocorreram de forma pacífica e, em muitos casos, em prévio acordo com os fazendeiros. Tais processos de “retomada” têm melhorado, drasticamente, as condições de vida das famílias indígenas sem terra ou expulsas pelo processo histórico de criação das propriedades privadas.

Porém, a demora na demarcação acarretou uma reviravolta preocupante que levou um grupo de fazendeiros, no final do ano passado, a atuar de forma violenta contra os Tupinambá, nos municípios de Buerarema, Ilhéus e Una, queimando casas de indígenas, retendo-lhes e roubando-lhes a produção, hostilizando a quem se solidarizasse com a causa Tupinambá, assim como exibindo outdoors nas estradas com ameaças explícitas aos indígenas, o que determinou a presença da Força Nacional na região.

CONT.



Como já antevíamos, a lentidão na demarcação da TI dos Tupinambá permitiu o crescimento da campanha anti-indígena que ora divulga a falsa informação de que a demarcação da Terra Indígena dos Tupinambá de Olivença não será feita, ocasionando, entre fazendeiros e pequenos produtores da região que aceitaram as retomadas na expectativa de indenização, a interposição, de forma massiva, de ações de reintegração das propriedades. Essa situação levou o Tribunal Regional Federal/Ihéus, a liberar a ordem de reintegração de mais de 70 propriedades "retomadas" pelos indígenas, dentre os mais de 150 pedidos de reintegração à espera de avaliação judicial.

O grande volume de reintegrações é preocupante assim como a recusa em forma geral dos recursos de defesa dos indígenas interpostos pela Procuradoria Regional Federal e pela Procuradoria Federal Especializada para suspender as liminares. Também é preocupante a atuação da Polícia Federal e a Força Nacional ao implementar as reintegrações de posse usando a força de forma desproporcional e, no caso das reintegrações da Serra do Padeiro, fazendo uso ilegítimo de armas de fogo atirando ao ar durante os operativos e de noite como forma de intimidação. Uma situação que levou as famílias que se encontravam nas "retomadas" reintegradas a se refugiarem nas matas das cercanias, situação que gerou, que uma criança de dois anos, a qual se perdeu na confusão gerada pelo operativo policial, fosse detida pelas autoridades e levada ao conselho tutelar.

CONT.

A situação atual constitui uma clara violação aos direitos humanos e indígenas dos Tupinambá de Olivença não só pela atuação das autoridades federais na implementação dos operativos de reintegração de posse, como também pela omissão das autoridades governamentais dos diversos níveis para salvaguardar a integridade e dignidade dos indígenas, atuando de forma lenta na demarcação da Terra Indígena, omissão que é a causa principal da atual situação de violência contra os indígenas por não indígenas, Polícia Federal e Força Nacional, contexto no qual os Tupinambá se encontram em posição de grande vulnerabilidade.

Em face de tal grave situação, os pesquisadores abaixo assinados requerem da FUNAI e outras autoridades envolvidas que tomem as providências necessárias para suspender os mais de 150 pedidos de reintegração, assim como as liminares que já foram expedidas para reintegrar as áreas retomadas; do mesmo modo solicitamos a Secretaria de Direitos Humanos que investigue as violações contra os indígenas no processo de demarcação da TI dos Tupinambá de Olivença assim como das violações descritas pelos indígenas nas atuais reintegrações de posse.

Vale notar que os mesmos pesquisadores já manifestaram, em 2013, a preocupação pela demora na demarcação da TI dos Tupinambá de Olivença – que aguarda, desde o 2 março de 2012, a assinatura do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo (Despacho n. 037/PRES 2012) – uma demora sem justificativa já que as contestações foram devidamente analisadas e consideradas desprovidas de elementos capazes de descaracterizar a tradicionalidade da ocupação indígena nos termos do art. 231 da CF/88. Reiteramos que a demarcação é o único meio para garantir a justiça histórica e fazer cessar os conflitos na região.

Abaixo Assinados

CONT.



Daniela Fernandes Alarcon, mestre em Ciências Sociais (Universidade de Brasília), pesquisadora associada ao Laboratório de Estudos e Pesquisas em Movimentos Indígenas, Políticas Indigenistas e Indigenismo da Universidade de Brasília.

Luisa Elvira Belaunde, doutora em Antropologia Social (University of London), professora visitante no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Maria Rosário Carvlaho, doutora em Ciência Social, Professora no Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, pesquisadora do CNPq.

Patricia Navarro de Almeida Couto, mestre em Ciências Sociais, com concentração em Antropologia (Universidade Federal da Bahia), pesquisadora associada ao Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro da Universidade Federal da Bahia, professora no Departamento de Ciências Humanas e Filosofia de Universidade Estadual de Feira de Santana.

Erlon Fábio de Jesus Costa, mestre profissional em Desenvolvimento Sustentável junto a Povos e Terra Indígenas (Universidade de Brasília).

Sonja Mara Mota Ferreira, mestre em Educação e Contemporaneidade (Universidade do Estado da Bahia).

Susana de Matos Viegas, doutora em Antropologia Social e Cultural (Universidade de Coimbra), professora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Teresinha Marcis, doutora em História (Universidade Federal da Bahia).

CONT.

Cecilia McCallum, doutora em Antropologia Social (University of London), professora no Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia e no Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia.

Amiel Ernenek Mejía Lara, doutorando em Antropologia Social (Universidade Estadual de Campinas).

Helen Catalina Ubinger, mestre em Antropologia (Universidade Federal da Bahia).

Belo Monte por um fio, por Claret Fernandes*
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.02.2014



Foto: Atossa Soltani/ Amazon Watch/ Spectral Q

*para Combate Racismo Ambiental

A energia de Belo Monte, essa mercadoria central no capitalismo contemporâneo enquanto elemento de aumento da produtividade, vai-se embora pelo fio. O minério do Pará vai pelos trilhos. Em Minas ele entra pelo cano. Destino? A mesma trilha colonial, que antes se fazia no lombo do burro e, hoje, se faz com tecnologia de ponta.

É tudo tão simples! É tudo tão claro! Não é 'ideológico' e partidário como se costuma dizer. É só um observador comum olhar o Brasil e ver os bens naturais, estratégicos à soberania do povo brasileiro, ser escoados para fora sob a batuta do capital.

O destino da energia de Belo Monte fora decidido antes mesmo que se iniciasse a barragem. A energia é o leite precioso que 'sacia' a sede insaciável dos capitalistas. O leilão do linhão que vai levá-la embora está marcado para o dia 7 de fevereiro. A um custo inicial de 5 bilhões de reais, ele percorrerá 2 mil Km, passando pelos estados de Pará, Tocantins, Goiás e Minas Gerais.

É curioso que o linhão tenha capacidade para transportar 4 mil MW, justamente a energia firme que será gerada pela barragem em construção no Xingu. Badalaram-se muito os 11 mil



MW, mas o fato, agora dado a conhecer pelo governo e empresas, é que grande parte das 24 turbinas ficará parada durante o verão por causa da dinâmica de volume de água do Xingu, o que faz a produção de energia cair para a terça parte do previsto.

É toda a Belo Monte que literalmente entra pelo fio, deixando a Amazônia e indo para o Sudeste, onde os capitalistas precisam da energia, em especial nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

É curioso também que a CEMIG – Centrais Elétricas de Minas Gerais (gigante estatal de lógica privada, com monopólio da distribuição de energia em Minas Gerais e dona da Light Rio, com negócios em 19 estados brasileiros, no Distrito Federal e na China, onde mantém uma linha de transmissão com a empresa Lusa), embora sendo a menina dos olhos do tucanato em Minas (um dos seus últimosinhos), esteja no 'centro' do escoamento da energia de Belo Monte, uma barragem privada, mas cacificada pelo governo federal, confirmando, mais uma vez, que o capital não tem problemas com cores, tendências e números partidários. A única coisa que lhe interessa realmente são os lucros e a acumulação.

Estima-se que o linhão estará concluído em 2018, tempo previsto para instalar-se, não por coincidência, a última das 24 turbinas de Belo Monte.

O capital não só abocanha as chamadas obras de infraestrutura, mas, ainda, encontrando clima favorável, como no Brasil hoje, impõe as suas condições e as legitima, naturalmente através do Estado sob governos neoliberais, seus gerentes.

O vento sopra mesmo a favor da classe dominante. Na última reunião do Fórum Econômico em Davos, Suíça, o recado foi dado, com todas as letras, com a platéia repleta de empresários e investidores: 'o Brasil é uma oportunidade de negócios'. Em tempos de crise capitalista, esse discurso vem na medida certa.

No caso do linhão, o negócio fica especialmente atraente e vantajoso em relação a outras obras. O dinheiro é emprestado pelo BNDES a taxas de juro de longo prazo (TJLP) mais taxa de remuneração de 1%, antes era 1, 3%. E a taxa de risco de crédito, que antes era de 4,18%, agora é reduzida para 2, 87%. Levando-se em conta que a TJLP está atualmente em 5% ao ano, o custo máximo do financiamento cai para 8,87% contra 10,48% de antes. O prazo de amortização são longos e folgados 168 meses.

Que os economistas debilhem, depois, esses números! Mas a mensagem política que se expressa na matemática já está claríssima. Esses números aparentemente modestos escondem bilhões e bilhões de reais de lucro certo.

Além do mais, Miriam Leitão não reclamou. E quando ela não reclama, é porque a decisão é boa para os ricos e, ruim, para o Brasil.

Para habilitar-se a participar desse leilão, um teatro virtual marcado para o dia 7 de fevereiro, basta à empresa inscrever-se até o dia 5.

A expressão 'teatro virtual' exige uma desculpa e uma explicação. Uma desculpa às mulheres e



homens artistas, profissionais ou não, do teatro. É uma explicação porque teatro virtual, aqui, não é apenas força de expressão. É um teatro mesmo, no seu significado pejorativo, sem nenhuma arte, onde representantes de governo e de empresas, protegidos pelo manto tecnológico sagrado do capital, teatralizam uma decisão que já fora tomada em jantares e gabinetes. O argumento de que o leilão é uma questão técnica ajuda a camuflar seus principais componentes, o econômico e o político.

Na verdade, as empresas estatais e privadas e os representantes dos governos, em especial pessoas 'técnicas' que operam a burocracia estatal, fazem os combinados antes e loteiam as diversas 'grandes' obras. Nos bastidores, certamente já definiram quais empresas vão construir o linhão de Belo Monte ainda que o leilão esteja por acontecer. Como uma sobremesa antes da refeição. Se houver algum incidente de percurso não é nenhum problema, mudam a data, e, de lambuja, já combinam quais candidatos e partidos serão financiados nas próximas campanhas eleitorais. É assim que a coisa funciona!

É triste! Porém mais triste do que saber dessa realidade é desconhecê-la, e continuar no doce mundo da ilusão.

O critério de vencedor no leilão, quando cada representante de empresa fica isolado com seu computador ligado a uma central – é ridículo, mas é assim! – é quem apresentar o menor RAP.

Muita gente compreende raptó, mas é RAP. O que é isso? Ganha quem oferece a menor Receita Anual Permitida (RAP), valor a que a empresa transmissora tem direito pela prestação de 'serviço público', no caso do linhão de Belo Monte por um período de 30 anos.

Maurício Tomasquim, diretor da EPE – Empresa de Pesquisa Energética vem cumprindo bem o seu papel num setor estratégico para o capital na burocracia do Estado, e está se babando todo com esse linhão, que terá 800 KV (quilovolts), o único exemplar no Brasil já que os maiores têm 600. Segundo ele, no mundo só há um similar em operação na China e um prestes a entrar em operação na Índia.

Importante lembrar que até 2016 o BNDES tem previsão de investir 368 bilhões de reais em infraestrutura no Brasil, com regras cada vez mais vantajosas ao capital.

Os capitalistas estão com o burro na sombra e não têm dificuldade em continuar apoiando um eventual segundo Mandato de Dilma Rousseff, apesar de sua bonita e respeitável história de luta contra a Ditadura Militar.

Respeitável sim! História é história e não se joga fora! Mas assim como o capital convive bem com as cores, tendências e números partidários, ele não tem nenhum problema, também, com as histórias de luta de pessoas e povos. A não ser que a disposição por obstruir-lhe o caminho seja persistente.

Os brasileiros empobrecidos já conseguem também encostar seus jeguezinhos na sombrinha de programas sociais, pequenos arbustos que não têm avançado para políticas públicas. Mas qualquer melhora ainda que pouca e temporária é importante. A tese do quanto pior melhor é falsa! Esses também votariam em Dilma. O gargalo, porém, é que a sustentação dos



programas sociais está associada à generosidade do capital proporcionada pelos lucros extraordinários, com exploração dos bens naturais e do trabalho da classe trabalhadora, e isso tem limite.

Mas não vale aqui o palavrório da migração pra esse ou aquele outro partido eleitoral. Seria como trocar seis por meia dúzia. Ou colocar uma roupa nova sem tomar banho. A murrinha do mesmo sistema continua. A questão central não são siglas e eleições; é a mudança da correlação de forças, resultado de longo e árduo trabalho de base e muitas lutas, que dão corpo ao poder popular, revolucionam as estruturas arcaicas e modernas de opressão e garantem a soberania. Esse é o antídoto correto!

O Plebiscito Popular por uma Constituinte exclusiva e soberana do sistema político, já em preparação para os dias 1º a 7 de setembro, pode ser um passo importante nesse processo maior.

A política neoliberal assumida pelo Estado brasileiro cria monstregos que vão se tornando fortes, verdadeiros impérios, num Estado que vai se tornando fraco enquanto garantidor dos direitos do povo. É como o parasita que suga, dia e noite, a energia do seu hospedeiro. Quando o leite faltar aos monstregos acostumados a mamar à saciedade insaciável, lá se vai sua bondade com os programas sociais. Por isso esses monstregos precisam ser duramente combatidos e suas tetas estancadas.

Além de toda a energia de Belo Monte que vai para o Sudeste, existe o caso anedótico e trágico de Tucuruí que, desde sua inauguração em 22/11/1984, entrega energia subsidiada para a ALCOA por valor abaixo do custo de produção. São essas anomalias que permitem dizer que o Brasil 'exporta' energia e, junto dela, nossos rios, nossas águas, nossa floresta, nossa cultura, nosso suor e nosso sangue.

A mineração segue essa mesma trilha. É tudo tão simples! É tudo tão claro! Não é nada 'ideológico' e partidário. As máquinas construídas e movidas pelos trabalhadores fuçam as montanhas e o subsolo, retiram o minério, colocam-no no Trem ou no Mineroduto que vão até o Porto; dali, o minério segue para esquentar os negócios dos impérios econômicos em qualquer parte do mundo.

O evangelho diz que 'a fé remove montanhas'. Mas em Minas Gerais, as mineradoras têm removido muito mais montanhas do que a fé.

O trem Vitória Minas, conhecido como Trem da Vale, liga Belo Horizonte a Cariacica, grande Vitória, e aos portos Tubarão, Praia Mole e Barra do Riacho. Ele passa pela região de Itabira, cidade de Carlos Drummond, no Vale do Aço, e leva centenas e mais centenas de toneladas de minério por dia. Desencantado com os estragos da mineração, o poeta diz que 'Itabira é apenas um retrato na parede'. Uma composição com até 300 vagões com capacidade de 70 toneladas em cada vagão passa seguidamente, de dia e de noite, assoviando e cantando o refrão criado pela sabedoria do povo: 'eu volto já eu vim roubar, eu volto já pra te levar', enquanto corre deslizando sobre os trilhos.

A Estrada de Ferro Vitória Minas teve seu início de construção no final do século XIX e foi



responsável pelo extermínio de vários povos nativos, entre os quais se destacam os Krenak. Nesse sentido, é semelhante a Belo Monte, apesar da afirmação de Edson Lobão, Ministro de Minas e Energia, de que essa barragem não molesta nenhum índio. Com 905 Km de extensão, é administrada pela Vale SA e é responsável por 37% de toda a carga ferroviária nacional. Além de minério de ferro, leva aço, carvão, calcário, granito, ferro-gusa, e diversos outros produtos. Claro: também muito suor e sangue.

Ah! Quase me esqueço de que carrega pessoas, em média 2.800 usuários por dia, o que garante à Vale um dinheirinho a mais, mas, principalmente, cola sua imagem ao turismo, à cultura, à preservação do ambiente, e vira uma espécie de trem da alegria.

A Estrada de Ferro Carajás, com 892 Km de extensão, liga a maior mina de minério de ferro a céu aberto do mundo, em Paraúpebas PA, ao porto de Ponta da Madeira, em São Luís do Maranhão. Inaugurada em 1985, também pertence à Vale e transporta anualmente 120 milhões de toneladas de minério em suas 259 locomotivas com 16 mil vagões. Números muito expressivos!

Enquanto desenvolvimentismo for sinônimo de entreguismo, não será difícil ligar lavras minerais da Volta Grande do Xingu e Assurini, ao lado de Belo Monte, a uma Estrada de Ferro e a um porto. A canadense Belo Sun já tem Licença Prévia de lavra e a Vale faz estudos iniciais. Os boatos de pontes no Xingu, de asfaltamento de estradas, de linhas de trem para escoação do minério já existem, provavelmente os desenhos já estejam prontos.

Por fim, a experiência de Minas Gerais com os minerodutos, imensos canais por onde escorre minério junto com água, e vão sempre de uma lavra qualquer a algum porto.

A Samarco, empresa controlada pela Vale, tem dois minerodutos que vão de Germano (Mariana) até Ubu (Anchieta) e levam 24 milhões de toneladas/ano de minério de ferro. Ela está construindo um terceiro com capacidade de 20 milhões de toneladas/ano.

O grupo Eike Batista está construindo um mineroduto que tem 525 Km de extensão, seria o maior do mundo, e vai de Conceição do Mato Dentro MG até o porto Açú, no Rio de Janeiro.

A empresa Ferrous quer construir um mineroduto que vai de Congonhas MG a Presidente Kennedy, no Espírito Santo. E haveria ainda outro projeto de Congonhas para o Rio de Janeiro.

Enquanto uma Belo Monte entra pelos fios, nosso minério vai pelos trilhos ou pelo cano. Minério e energia, unha e carne, seguem o mesmo destino.

Mas não sem reações e ações organizadas. O canteiro de obras de Belo Monte já foi ocupado diversas vezes por indígenas e outros atingidos. A Estrada de Carajás foi ocupada em 8 de dezembro de 2007 pelos Sem Terra. Quase mil mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens e outros pararam o Trem da Vale em Resplendor, leste mineiro, no dia 10 de março de 2008. No dia 8 de março de 2014 haverá debate e mobilização em Paula Cândido MG, mais um passo de resistência ao projeto de mineroduto da Ferrous na região.



Boletim de Notícias - Edição nº 22./ 2014

Brasília, 05 de fevereiro de 2014.

Muitos podem dizer que isso é apenas uma gota d'água. Para quem acredita na força do povo organizado, tudo isso é a gota d'água do poder popular.



Polícia encontra idosa desaparecida dentro de área indígena em Cananéia
SÍTIO G1, 05.02.2014

*Mulher de 64 anos havia desaparecido no dia 1º de fevereiro.
Idosa foi encontrada bastante debilitada e foi para um hospital.*

Uma idosa de 64 anos, que estava desaparecida há cinco dias, foi encontrada dentro de uma área indígena em Cananéia, no litoral de São Paulo. Segundo a polícia, Geny Rodrigues estava bastante debilitada e precisou ser internada em um hospital da região.

A família de Geny afirma que a idosa estava desaparecida desde sábado (1). A irmã de dela contou para a polícia que a moradora do Jardim Santa Terezinha, também em Cananéia, vinha apresentando problemas psicológicos há alguns meses.

Os policiais militares receberam informações sobre a idosa e começaram as buscas. Eles rodaram por toda a área urbana da cidade e depois passaram a realizar buscas na vegetação do entorno de Cananéia. Próxima a entrada de uma aldeia indígena, a equipe da PM conseguiu localizar Geny.

De acordo com a polícia, a idosa estava bastante debilitada fisicamente e mentalmente. Ela foi socorrida pelos policiais militares e levada ao Pronto Socorro da Cidade, onde permanece sob cuidados médicos.



Programa apoiará política de cotas com concessão de bolsas

SÍTIO O NORTE, 05.02.2014

Estudantes e pesquisadores negros, indígenas e pessoas com deficiência podem contar com o apoio do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, criado em novembro de 2013. O objetivo do programa Abdias Nascimento é oferecer aos estudantes formação e capacitação em universidades, instituições de ensino superior e centros de pesquisa de excelência no Brasil e no exterior. Entre as ações do programa estão a concessão de bolsas de estudos, o auxílio na mobilidade internacional de estudantes e pesquisadores e a criação de canais de cooperação entre grupos de pesquisa brasileiros e estrangeiros.

Para a secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Macaé Evaristo, o programa complementa as políticas públicas de ação afirmativa.

Com as políticas de acesso à universidade, um grupo muito grande de jovens com deficiência chegou aos cursos de graduação, porém para o presidente da Associação Brasileira de Neurologia e Psiquiatria Infantil, José Belisário, as instituições não estão preparadas para eles. "O que esperamos do programa é um suporte para que os estudantes com deficiência permaneçam na graduação e possam almejar a pós-graduação, que esse caminho fique claro para eles", disse.

Para o presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, Paulino de Jesus Francisco Cardoso, o investimento na formação e capacitação de estudantes e pesquisadores negros é benéfica para o país. "A diversidade é importante para a ciência brasileira", defendeu Cardoso. "O programa vai oferecer aos oriundos das populações vulneráveis, especialmente a população negra, as condições necessárias para ter a competência e a excelência para produzir uma ciência que esteja articulada à sua população", concluiu.

"O programa pretende garantir um direito", define Gersem Baniwa, diretor de políticas afirmativas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). "Esse acesso ao ensino superior, reconhecendo a sua diversidade, seu conhecimento, sua língua, suas tradições, potencializa, fortalece e é uma condição para que esse direito a cidadania seja garantido". Para Baniwa, o acesso do indígena ao ensino superior melhora as condições sociais de vida em coletividades indígenas. "A melhoria na gestão dessas comunidades, por meio dos seus jovens, profissionais e pesquisadores, avança na busca pela cidadania ampla, na relação com os não-índios e no desenvolvimento da sua região", disse.



Produtores rurais promovem manifesto para discutir a situação dos conflitos rurais
SÍTIO TOPMIDIA NEWS, 05.02.2014

São esperados proprietários de todo Estado e de outras regiões brasileiras que enfrentam a situação de áreas invadidas por grupos indígenas

Na próxima sexta-feira (7), será realizada na praça do Rádio Clube, a partir das 14h, uma manifestação de produtores rurais de todo Estado e de várias regiões do país. Trata-se do "Grito do Produtor", um movimento no qual os proprietários querem mostrar a população sua indignação com relação aos conflitos rurais e como o assunto vem sendo tratado pelo governo federal.

Um dos líderes da iniciativa é o produtor rural, Pedro Pedrossiam Filho, proprietário de uma área no município de Miranda (200 km de Campo Grande). Ele quer levar ao conhecimento da população, a realidade enfrentada por produtores que não conseguem retomar as terras invadidas pelos movimentos indígenas.

"Estamos convidando todos os cidadãos que enfrentam esta situação para desmistificar a imagem criada por partidos e grupos ideológicos que nós somos os vilões desta história. Querem que a população acredite que nós somos errados e a Funai certa, mas, isso será desmascarado", revelou.

De acordo com Pedrossiam Filho serão discutidas pautas prioritárias da categoria, como o veto do congresso a abertura da CPI da Funai, a demora em aprovar a PEC 215 e os laudos que serão utilizados para indenização dos proprietários com terras invadidas em Mato Grosso do Sul. "Em Miranda presencio diariamente ao sofrimento de produtores que não podem retomar suas terras para trabalhar. Participarão do manifesto desde micro produtores com dois a 15 hectares, até os que possuem áreas maiores. Estamos conclamando o apoio de todos para que possamos sensibilizar o poder público para nosso problema", destacou.

Demarcação – O Ministério da Justiça entregou no dia 7 de janeiro ao Incra, o resultado dos estudos realizados nas áreas invadidas no Estado. Na avaliação do produtor, a forma como foi feita está incorreta e injusta. "Não aceito o resultado do laudo que emitiram. Um estudo desta natureza teria que ser feito por profissionais especializados e imparciais. Agora, nos entregam o documento feito pela Funai que é a maior interessada em desqualificar o valor das áreas e das benfeitorias realizadas e temos que aceitar passivamente, isso não faremos. Até porque eu não quero vender minhas terras, eles (Funai) é que querem comprar", desabafou.

Pedrossiam Filho levantou outra questão polêmica que é a participação da bancada ruralista no congresso nacional. Segundo eles, alguns representantes vem utilizando o assunto como arma de campanha política. "Nós sabemos muito bem quem apoia realmente a causa dos produtores e quem só quer utilizar no palanque. Acompanhamos de perto as negociações e podem ter

CONT.



certeza que utilizaremos a mesma medida na hora de votar, pois, estamos cansados de promessas que não são cumpridas”, pontuou.

O produtor contou ainda que no último fim de semana (1) um grupo de 50 homens tentou invadir novamente sua propriedade em Miranda. “ O grupo chegou de ônibus e se espalhou em frente a minha fazenda e acharam que eu iria me intimidar. No entanto, fui lá e perguntei o que estava acontecendo e eles foram irônicos comigo. Tranquei a porteira e lá permaneci e como eles viram que eu não iria deixá-los entrar, foram embora escoltados por um carro vermelho”.

Além de organizar o manifesto, o produtor vem documentando ao longo do conflito, uma série de entrevistas com pequenos produtores vizinhos que estão ameaçados. Recentemente fez uma grave denúncia, exibindo documentos que mostram que enquanto vários produtores de MS tentam na Justiça, negociar suas áreas para que não saiam sem nada, a Funai entrou em negociação com um pequeno produtor rural que possui área em frente a sua propriedade. “Minha luta é para mostrar o lado do produtor rural na questão indígena e por isso, busco a união de todos para resolvermos o problema. Nós somos trabalhadores honestos que ajudamos a construir este país e queremos ser respeitados em nossos direitos”, finalizou.



Descumprimento da democracia desafia agropecuária brasileira

SÍTIO RURAL CENTRO, 05.02.2014

O setor agropecuário brasileiro, que já foi de subsistência e a cada dia tem mais representatividade econômica e social, é desafiado com o descumprimento das leis, de valores e princípios da democracia. A afirmação do presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Sistema Famasul), Eduardo Riedel, durante a cerimônia de posse do novo presidente do Sindicato Rural de Sidrolândia, Rogério Menezes, nesta segunda-feira (3).

Durante a posse, Riedel se referiu à insegurança jurídica dos produtores rurais da região de Sidrolândia, que somam 13 propriedades privadas invadidas por indígenas. E entre os desafios do novo presidente sindical, destacou a coesão dos produtores na busca por resultados. "Quando todos os produtores rurais deste País tiverem a consciência de apoiar iniciativas da sua organização, o quadro muda", enfatizou.

O ex-presidente do Sindicato Rural de Sidrolândia, Osório Stragliotto, integrante do conselho fiscal da Associação dos Produtores de Soja de MS (Aprosoja/MS), confirmou que durante os seis anos de gestão as principais dificuldades foram relacionadas às invasões em propriedades rurais. "Muitas vezes as pessoas não entendem as dificuldades que passamos ao representarmos uma classe. Passamos por momentos difíceis nessa gestão, principalmente pelas invasões e falta de pulso do Governo Federal", afirmou Stragliotto.

O novo presidente, Rogério Menezes, afirma que o início de sua gestão será dividido em duas etapas. Primeiro será realizado um diagnóstico das ações da antiga diretoria e posteriormente serão desenvolvidos métodos para aperfeiçoar o que já é positivo. "Com os agricultores, já lancei o primeiro desafio. Até o fim da gestão de três anos, juntos tornaremos Sidrolândia no segundo maior produtor de soja de Mato Grosso do Sul", desafiou Menezes. Sidrolândia atualmente é o terceiro maior produtor de soja, com 158 mil hectares, atrás de Ponta Porã e Maracaju, com 184 mil e 240 mil hectares, respectivamente.

O desafio de aumentar a produtividade dos grãos foi apoiado pelo presidente da Aprosoja/MS, Maurício Saito. "Este sindicato é reconhecido pela atuação e representatividade aos associados. Nesse sentido, além do aumento na produção, o novo presidente deverá fazer com que os produtores sejam ainda mais participativos e manter a evolução do agronegócio local", destacou Saito.

Além dos representantes da Famasul e Aprosoja/MS, participaram da cerimônia de posse do Sindicato Rural de Sidrolândia o deputado estadual Márcio Monteiro, a secretária de produção, Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, o prefeito do município, Ary Basso, e o vereador, Ilson Peres de Souza.



Após protesto, Secretária de Educação se reúne com comunidade indígena nesta quarta-feira

SÍTIO CADA MINUTO, 05.02.2014

Por Redação com assessoria

Após a ocupação de integrantes da tribo "Xucuru-Kariri", na sede da Secretaria de Estado da Educação (SEE), uma reunião foi marcada para esta quarta-feira (5), às 10h, no Centro Educacional de Pesquisa Aplicada (Cepa). A reunião tem como objetivo discutir as demandas da comunidade.

Participam da reunião integrantes da SEE, Ministério Público Federal, lideranças indígenas, representantes do Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Geral do Estado (PGE), comissão de Educação da Assembleia Legislativa de Alagoas, Conselho Estadual de Educação, Secretaria de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos e Fundação Nacional do Índio (Funai).

Por meio de sua assessoria, a secretária Josicleide Moura reiterou o compromisso da SEE com a educação dos povos indígenas de Alagoas e que a pasta já vinha buscando alternativas para avançar no atendimento das demandas da tribo.

O protesto

Índios da tribo "Xucuru-Kariri" realizaram um protesto na última segunda-feira na sede da Secretaria de Estado da Educação (SEE) para reivindicar a abertura de uma escola da comunidade indígena, localizada em Palmeira dos índios e que está fechada desde abril de 2013 e a um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado em 2005 no MP, para construção e manutenção de escolas na comunidade Fazenda do Canto que, segundo ele, não foi cumprido.

Segundo o pajé Celso Celestino, a escola foi fechada em abril de 2013 para que fossem realizadas obras de reforma e ampliação. "Infelizmente fomos informados que foram identificadas irregularidades no contrato da empresa responsável pelas obras o que fez com que fossem paralisadas", destacou.

O representante da comunidade indígena destacou ainda que as atividades do ano letivo de 2014 começaram nesta segunda-feira e nenhuma resposta sobre a conclusão das obras foi dada. "Na comunidade existem 160 alunos com idade para cursar do pré ao nono ano e todos estão migrando para as escolas de Palmeira dos Índios", lamentou Celso Celestino.



Boletim de Notícias - Edição nº 22./ 2014

Brasília, 05 de fevereiro de 2014.

Polícia Civil promove atividade infantil em acampamento indígena no litoral

SÍTIO POLÍCIA CIVIL/RS, 05.02.2014

Na tarde desta terça-feira (04/02), a Divisão de Comunicação Social da Polícia Civil, juntamente com o Departamento Estadual da Criança e do Adolescente (DECA), promoveu atividades recreativas e esportivas com crianças e adolescente kaingangs no acampamento indígena localizado às margens da RS 786, no litoral.

Além das atividades recreativas, foi entregue um kit cedido pela Secretaria Estadual da Saúde, bem como camisetas do SESC e material informativo do DECA e do DENARC. Segundo o delegado Adalberto Lima e a delegada Daniela da Silva Duarte, coordenadores da atividade, o objetivo do trabalho desenvolvido é a integração e a aproximação da Polícia Civil com as comunidades indígenas do Estado, visando promover a cultura da paz e o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes frente às novas modalidades de informação.

Fonte: Operação Verão DCS



FUNAI debate com prefeitos e deputados questão indígena em Juína

SÍTIO ARINOS NOTÍCIAS, 05.02.2014

Com o objetivo de garantir a produção de grãos e de oferecer maior qualidade de vida aos indígenas que habitam a região de Juína e Brasnorte, os prefeitos dessas regiões em conjunto com o deputado federal Roberto Dorner na Fundação Nacional do Índio, FUNAI, na tarde da última terça-feira (4). Dorner comemorou a oportunidade de debater a questão com o órgão. “A FUNAI sempre se mostrou inflexível sobre esses debates. Evoluímos muito com a conversa que tivemos hoje com os dirigentes do órgão”, enfatizou o parlamentar.

O projeto para aumentar a reserva na região tramita a cerca de 8 anos na FUNAI e ampliação da terra Enawenê-Nawê afeta parte dos municípios de Brasnorte, Sapezal e Juína. O prefeito Juína, Hermes Bergamim, afirma que caso a reserva indígena Enawenê-Nawê seja ampliada no nordeste do estado, a economia do município sofrerá sérios danos em decorrência da diminuição da produção de grãos.

Ainda de acordo com o prefeito, os índios precisam de região com condições para a caça e pesca em vez de terras nuas, que devem ser usadas para o plantio. “Nós temos é que ter políticas de estímulos de produção para eles, realizar manejos sustentáveis, melhorar a qualidade de vida nas aldeias, oferecer condições deles terem uma vida digna, e para isso não é necessário ampliar as áreas, o que existe é interesse de ONGs e da FUNAI que vivem fazendo manobra de massa”, afirmou.

A reunião aconteceu com o chefe da diretoria de Proteção Territorial, Aluisio Azanha, que se comprometeu em escutar os pleitos dos prefeitos para a finalização da elaboração do projeto. Também estiveram presentes os deputados federais Nilson Leitão (PSDB), Eliene Lima (PSD), Valtenir Pereira (PROS), Eudes Tarcisio, prefeito de Brasnorte; o procurador federal Leandro da Guarda, a antropóloga Luciana Nóbrega; Silvio Cesar, de Brasnorte; Edmilson Alves, de Brasnorte; Robson Machado, de Juína; Jenz Procnnow e Alexandre Callejas da Procuradoria Geral do Estado de MT.

“Nós ouvimos mais do que falamos, ainda assim foi produtivo. Abrimos o canal de comunicação com a FUNAI e precisamos sempre ter esse diálogo para a finalização de uma proposta que atenda ambos os interesses”, concluiu Dorner.

Fonte: Assessoria do deputado federal Roberto Dorner

Barra do Garças - Prefeito assina Ordem de serviço para a construção de quadra coberta em aldeia indígena

SÍTIO O REPÓRTER DO ARAGUAIA, 05.02.2014



O prefeito Roberto Farias assinou na manhã de terça-feira (04/02) a ordem de serviço para a construção de uma quadra coberta com vestiário na Aldeia Namunkurá na Reserva Indígena São Marcos no município de Barra do Garças, a assinatura foi feita na presença do Cacique Simão Butsé, que comemorou mais esta ação do poder público em benefício da comunidade Indígena,

“No ano passado já foram feitos vários trabalhos e ficamos muito felizes com esta quadra, para que os índios possam praticar esportes, confraternizando com as outras aldeias”, destacou Simão.

Beto lembrou que também neste ano será construída uma ponte de concreto sobre o Rio Barreiro, obra que também beneficiará todas as aldeias, “Será um ponte de concreto que melhorará o acesso aos indígenas, estamos ainda desenvolvendo outras ações e a construção da Quadra poliesportiva proporcionará que possam se integrar com a realização de competições esportivas fazendo com que as aldeias se confraternizem e dando opção de lazer para os povos indígenas”, frisou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 22./ 2014

Brasília, 05 de fevereiro de 2014.

O presidente da câmara vereador Miguelão, ressaltou mais esta conquista, "Vemos a luta do Simão e de todos os caciques e temos percebido a melhoria para facilitar a vida dos índios em nosso município".

A obra é um projeto padrão do FNDE, com contrapartida da Prefeitura de Barra do Garças.

Por: Vander Lima/ Secom-BG



Cão ajudou a encontrar corpos em cova dentro de área indígena, no AM
SÍTIO GIRO CENTRAL, 05.02.2014

Um cão da raça labrador ajudou a encontrar os restos mortais dentro da Terra Indígena Tenharim-Marmelo, situada em Humaitá, município do Amazonas a 590 km de Manaus. Segundo a Polícia Militar, os corpos podem ser dos três homens que desapareceram em um trecho da BR-230 (Rodovia Transamazônica) há mais de um mês. Horus, como é chamado o animal, já havia participado de outra operação que encontrou a cabeça de um homem em 2013.

De acordo com a PM-AM, os indígenas presos pelo sumiço de Luciano Freire, Aldeney Salvador e Stef Pinheiro, no dia 30 de janeiro, apontaram a localização dos corpos. O cão Horus achou os restos mortais em uma cova de aproximadamente dois metros de profundidade.

O cão, treinado no canil da PM, no conjunto Dom Pedro, em Manaus, é filho de Raio, outro labrador especializado na busca de corpos. De acordo com os adestradores do canil, Horus sempre é treinado com uma garrafa com carne de porco em decomposição que é enterrada junto a bolinha, brinquedo favorito do cão, ou seja, "ele vai atrás dos corpos porque quer encontrar o brinquedo".

A polícia informou ainda que a área investigada é de aproximadamente 250 hectares. No local, em 3 de janeiro, foram encontradas peças do suposto veículo usado pelas vítimas.

Em novembro de 2013, Horus também foi o responsável pela localização da cabeça de um homem cujo corpo foi decapitado, no conjunto Nova Cidade. Segundo a PM, ele estava participando das buscas aos corpos, entre os municípios de Humaitá, Manicoré e Apuí, desde janeiro deste ano.

Os corpos foram encaminhados para o Instituto Médico Legal (IML) de Porto Velho, onde passarão por exames para reconhecer as vítimas.

Prisões

Os cinco indígenas da etnia Tenharim foram presos na quinta-feira (30), durante uma operação que teve participação de 400 homens da PF, Exército, Força Nacional e Polícia Rodoviária Federal (PRF). Eles foram encaminhados à Penitenciária de Médio Porte (Pandinha) em Porto Velho e dividem uma cela.

Conflito na região

O desaparecimento dos três homens gerou revolta na população dos municípios de Humaitá,
CONT.



Apuí e no distrito de Santo Antônio do Matupi.

Moradores dos municípios de Apuí e Humaitá promoveram diversos protestos no dia 25 de dezembro do ano passado para cobrar agilidade da PF-RO nas buscas pelos desaparecidos. Os manifestantes chegaram a atear fogo em carros, barcos e nas sedes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e antigas instalações da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em Humaitá. No dia seguinte, policiais do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Amazonas seguiram para o município.

Após os ataques, 143 indígenas foram abrigados no 54º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS), em Humaitá. A Justiça atendeu ação do Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) e os índios retornaram às aldeias seis dias depois com a escolta do Exército.

Apesar do reforço policial, o Sul do estado continuou registrando conflitos. Um grupo de madeireiros e fazendeiros ateou fogo em casas localizadas em uma aldeia indígena situada na área do município de Manicoré.

A região recebeu mais reforço da Polícia Federal e homens da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) auxiliaram nas ações de segurança pública desencadeadas no Amazonas no mesmo período. O Exército e Polícia Rodoviária Federal (PRF) também apoiam as ações na região. Cerca de 500 homens atuam nas operações.

No dia 3 de janeiro, equipes dos órgãos de segurança que participam das buscas pelos homens encontraram vestígios de um veículo incendiado, segundo nota divulgada pela Polícia Federal em Rondônia. Nenhum dos desaparecidos foi encontrado. As peças encontradas ainda passam por análise para confirmar se são do mesmo veículo dos desaparecidos.

Os moradores reclamam ainda da cobrança de pedágio feita pelos índios em um trecho da Transamazônica. Os Tenharim suspenderam a cobrança. Entretanto, a divulgação de que eles estão planejando retornar com a taxa a partir de fevereiro motivou novos protestos. Moradores de Humaitá iniciaram a coleta de assinaturas para pedir que a prática seja totalmente abolida.

Após uma negociação entre os indígenas e representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República, ficou definido que a cobrança de pedágio continuará suspensa até que as políticas públicas solicitadas ao governo federal sejam analisadas.



A Síndrome de Payakan

SÍTIO AMAZÔNIA LEGAL EM FOCO, 05.02.2014

Por Tereza Amaral com
Joeser Alvarez



O que os indígenas suspeitos de terem assassinado Stef Pinheiro, Luciano Freire e Aldeney Ribeiro têm a ver com o cacique Payakan? Tudo. Mais de duas décadas depois do caso envolvendo a liderança Kayapó e sua mulher em um estupro, o tratamento dado, sobretudo por portais sensacionalistas, é semelhante: barbarização.

Em junho de 1992, a revista *Veja*, à época ainda bastante conceituada, acusou logo na capa o cacique Paulinho Payakan com 'O Selvagem', em plena *Eco 92*. Na matéria com manchete de página 'A Explosão do Instinto

Selvagem', acompanhada do subtítulo 'Payakan, o cacique símbolo da pureza ecológica, estupra e tortura uma adolescente', a revista condena a segunda maior liderança Kayapó depois de Raoni.

Todos os prêmios - Global da ONU, Diploma da Sociedade por um Mundo Melhor -, dentre outros, foram desmerecidos nas palavras duras e acusatórias da *Veja* que, em momento algum, escreveu uma única frase do cacique. Ler AQUI!

No caso Tenharim, e em época digital, os indígenas estão sendo igualmente massacrados. Antes mesmo da Polícia Federal informar sobre a identificação dos corpos dos três desaparecidos, ontem, primeiro foram massacrados e queimados vivos junto com o carro (pelos portais, Alexandre Garcia e "furo" do *Questão Indígena*), depois foram degolados, cortados com motosserra, jogados no rio e, por último, executados a tiros.

O que realmente houve, desde o momento em que supostamente os indígenas e os três rapazes teriam se encontrado, até que os índios o digam, ninguém sabe, nem a própria polícia. Mas a Casa do Índio (Funai), um barco e vários carros em Humaitá foram depredados e incendiados, uma aldeia também foi alvo de ataques e incêndios enquanto que, nas redes sociais, páginas, como a do Portal Apuí, permitiam a publicação de manifestações racistas que incitavam a população à violência. O dono do Portal? Um jornalista correspondente da TV Globo no Amazonas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 22./ 2014

Brasília, 05 de fevereiro de 2014.

Na esteira dessa música, orquestrada pelo ouvido, juntou-se o Estadão, declarando que as aldeias estavam em guerra, sem ouvir nenhuma liderança, deixando os indígenas espantados, pois ficaram sabendo que estavam em guerra, pasmem: pelo jornal!

É de se esperar que, no desenrolar desse caso, a mídia em sua competição desenfreada pela audiência, carregue ainda mais nas tintas da violência sensacionalista, inclusive a Veja, que não causará espanto se for publicada com algumas gotas de sangue na capa...a conferir.



Perícia constata perfurações a bala e afundamento do crânio em trabalhadores mortos por índios

SÍTIO ALERTA NOTÍCIAS, 05.02.2014

No início da noite desta terça-feira, após coleta de material para exames de DNA e o reconhecimento de familiares, os corpos encontrados na reserva Tenharim em Humaitá foram liberados para o enterro. Todos foram reconhecidos por familiares e de Luciano da Conceição, representante comercial, Stef Pinheiro de Souza, professor, Aldeney Ribeiro Salvador, gerente da Eletrobrás Amazonas, desaparecidos desde o dia 16 de dezembro. De acordo com o laudo preliminar, foram constatados nos corpos perfurações de tiros e afundamento no crânio, supostamente causados por pauladas.

Os restos mortais serão transladados para cidades do Amazonas. O corpo de Luciano da Conceição Freire, 30 anos vai pra cidade de Humaita, Stef Pinheiro de Souza, 43 anos para Apuí e Aldinei Ribeiro Salvador 40 anos, para Manaus.

Reconhecidos

Durante a tarde, o fim do mistério. A dúvida que pairava sobre o paradeiros dos três desaparecidos de Humaitá acabou por volta das 18 horas de terça feira no IML de Porto Velho. Luiz Mauricio, cunhado de Aldeney Salvador confirmou à policia que o corpo a ele apresentado era do funcionário público, encontrado dentro de uma cova, junto com Stef Pinheiro e Luciano Conceição, na reserva Tenharim, em Humaitá, na noite de segunda feira.

Antes, Stefanon Pinheiro e Nilo Pinheiro, irmão e pai de Stef também haviam reconhecido o corpo do professor. O primeiro a ser reconhecido foi Luciano, cuja mae nao teve duvidas de afirmar que se tratava do filho.

Os corpos serão liberados para sepultamento ainda esta noite. Aldeney será levado para Manaus. Luciano vai ser velado em Porto Velho e sepultado em Humaitá. O corpo de Stef será velado e sepultado em Apuí, onde morava.



Familiares reconhecem corpos encontrados em aldeia

SÍTIO O ESTADO DE SÃO PAULO, 05.02.2014

JOSÉ MARIA TOMAZELA E CHICO SIQUEIRA - Agência Estado

Os corpos encontrados na Terra Indígena Tenharim Marmelos, em Humaitá, sul do Amazonas, foram reconhecidos nesta terça-feira, 04, como sendo dos três homens que desapareceram no dia 16 de dezembro na rodovia Transamazônica. De acordo com a Polícia Federal, eles foram rendidos e mortos com tiros na cabeça, provavelmente de espingarda. Em seguida, os corpos foram enterrados numa vala única coberta com palha para dificultar a localização das vítimas. Os corpos foram encontrados por mateiros do Exército com a ajuda de cães farejadores da Polícia Militar.

Cinco índios da etnia tenharim estão presos desde o dia 30, acusados do crime. Entre eles, dois filhos do cacique Ivan Tenharim, cuja morte em acidente de moto teria sido a motivação do ataque dos índios contra os brancos. De acordo com o delegado da PF em Porto Velho, Arcelino Damasceno, os suspeitos continuam negando o crime. "Ao contrário do que estão dizendo, não partiu deles nenhuma informação que ajudasse na localização dos corpos." O secretário de Segurança Pública de Rondonia, Marcelo Bessa, havia afirmado que os depoimentos dos índios presos teriam levado ao encontro dos cadáveres. Damasceno também negou rumores de que os corpos foram queimados ou decapitados. "Estavam inteiros, apenas com as marcas dos tiros."

Familiares dos três amigos - o professor Stef Pinheiro, o técnico Aldeney Salvador e o representante comercial Luciano Freire - se deslocaram até o Instituto Médico Legal (IML) de Porto Velho (RO) e fizeram o reconhecimento, que será confirmado por exames de DNA. As famílias querem a liberação dos corpos nesta quarta-feira, 05, para sepultamento, mas até a tarde desta terça os trabalhos dos peritos não tinham sido concluídos. Os laudos devem indicar a causa da morte, o tipo de arma ou munição empregado, a trajetória dos projéteis e as lesões. Para o delegado, a perícia é importante para fundamentar o inquérito, que tem prazo de trinta dias, mas pode ser prorrogado.

De acordo com o advogado das famílias, Carlos Terrinha, não está previsto velório conjunto. O corpo de Aldeney será sepultado em Manaus, o de Stef em Apuí e o de Luciano em Humaitá, cidades em que residiam até serem assassinados. Terrinha acredita que as investigações devem continuar para chegar a outros suspeitos. "Não foram só os cinco índios que estão presos (que mataram), há muitos outros, podem ser vinte ou mais. É preciso que se chegue a todos os culpados."

O delegado Damasceno informou que as provas apontam para a participação dos índios já presos. "Em princípio, no núcleo da ação estão os cinco (presos). Se conseguirmos comprovar a participação de outros, também serão presos." Os índios estão em cela separada de outros detentos, num presídio de segurança média, em Porto Velho. Eles são acusados de homicídio e ocultação de cadáver.

CONT.



Revolta

O desaparecimento dos três homens e a demora na investigação geraram revolta na população dos municípios de Humaitá, Apuí e no distrito de Santo Antônio do Matupi, em Manicoré. No dia 25 de dezembro, a multidão incendiou carros, barcos e as sedes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Casa do Indígena em Humaitá. Durante os ataques, 145 índios se refugiaram no batalhão do Exército. No dia seguinte, moradores do Matupi invadiram a terra indígena e incendiaram postos de pedágio na rodovia Transamazônica. A Força Nacional de Segurança foi deslocada para a região para compor uma força-tarefa com o Exército, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e PMs locais. O clima continua tenso na região. "Para quem sai de Apuí, esta é a única rota, mas dá medo", disse o técnico agrícola Paulo Jean Araújo Silva.



Caminhoneiros sequestrados por índios são liberados no sul da Bahia

SÍTIO BAHIA NOTÍCIAS, 05.02.2014

Seis caminhoneiros sequestrados por um grupo de índios em Camuruxatiba, distrito de Prado, no sul baiano, foram liberados no final da tarde desta terça-feira (4), a aproximadamente 15 km da aldeia pataxó onde eram mantidos reféns, de acordo com a TV Bahia.

Capturados na noite de segunda (3), eles relataram que não foram agredidos, mas passaram a noite toda sem comer ou beber. Os motoristas realizavam o transporte de uma carga de eucalipto quando foram surpreendidos pelos indígenas, que os levaram para a aldeia.

Os reféns foram libertados aparentemente após os índios saberem que policiais federais iam à região para negociar. Policiais militares da área encontraram os caminhoneiros em uma estrada de terra para a cidade. Ainda não se sabe qual foi a motivação real do seqüestro.



Índios 'alugam' reserva e montam time de futebol

SÍTIO MSN ESPORTES, 05.02.2014

A sensação do Campeonato Paraense nesta temporada é o Gavião Kyikatejê, time fundado por índios e que despertou a atenção até de documentaristas...

A sensação do Campeonato Paraense nesta temporada é o Gavião Kyikatejê, time fundado por índios e que despertou a atenção até de documentaristas europeus. Em janeiro, a ESPN contou a história da equipe e sua luta no acesso da segundona estadual para a elite. O que poucos imaginam é que, mesmo com dificuldades enormes para conseguir patrocinadores em Bom Jesus do Tocantins, o clube está com as contas em dia e não atrasa salários. A verba vem do "aluguel" da aldeia para duas gigantes: a Vale do Rio Doce e a Eletrobras.

As empresas têm empreendimentos importantes na aldeia Gavião, localizada a cerca de 450km (por avião) de Belém. A Vale possui a estrada de ferro Carajás, que sai da cidade homônima até o porto de São Luiz, no Maranhão. Já a Eletrobras tem no local uma linha de transmissão de energia.

Para usar o espaço dos indígenas, elas devem pagar indenizações à associação que coordena as 16 aldeias da Terra Indígena Mãe Maria. Os recursos são usados pelos habitantes locais prioritariamente em melhorias na agricultura, saúde e educação, mas também no esporte e em projetos culturais.

"Com os recursos da Vale e da Eletrobras, é feito investimento em várias áreas, inclusive no esporte. O dinheiro é usado tanto no futebol quanto em outras modalidades, como aquelas que só são praticados pelos índios", explica o técnico do Gavião, Vítor Jaime.

A Vale, inclusive, deseja sucesso ao caçula da elite do futebol paraense: "O acordo [entre empresa e índios] prevê apoio a projetos produtivos (atividades agrossilvipastoris), além do apoio à saúde, educação e vigilância territorial. Quanto às atividades relativas ao futebol profissional, a Vale faz votos de muito sucesso para o time Gavião Kyikatêjê FC", escreveu a assessoria da empresa ao ESPN.com.br.

Com isso, o time da aldeia conseguiu atingir a estabilidade financeira e se acertar com uma folha salarial que gira em torno de R\$ 120 mil - muito pouco perto de Paysandu e Remo, os grandes do Estado, que chegam a gastar R\$ 1 milhão por mês. Apesar do dinheiro do aluguel, o presidente do clube, Zeca Gavião, diz que tem que "suar a camisa" para bancar a equipe.

"Eu procuro de toda forma não deixar o pagamento atrasar. Se precisar, faço até empréstimo. Se a gente tivesse um patrocinador forte, era mais viável, mais seguro, porque a gente teria com quem contar. Só temos patrocinadores menores, mas que nos ajudam bastante, somos muito gratos. Com um pouco daqui, um pouco dali, a gente vai se virando", diz.

CONT.



Com o caixa em dia, o Gavião quer arriscar voos mais altos. O técnico Vítor Jaime vem sentindo falta de um centroavante de ofício e recomendou a contratação de um reforço "internacional": o atacante Flávio Carvalho, que já rodou por várias equipes do interior de São Paulo e vinha jogando pelo América de Cali, da Colômbia. Segundo o treinador, porém, é difícil convencer os locais a aceitar um jogador sem que antes ele passe por uma rigorosa avaliação da tribo.

"Eles são muito desconfiados, querem sempre ver o jogador treinar primeiro para ver se presta. Eles querem ver pra crer, porque por aqui já passou muita gente que enganou, falou que jogava muito e no final não jogava nada. Mas jogador não quer vir aqui ficar treinando cinco dias pra eles verem, quer logo assinar um contrato", contou o treinador.

Apesar de ter sido fundado na aldeia, o time possui só quatro jogadores indígenas no elenco. O presidente Zeca Gavião, contudo, sonha em ver, em breve, uma equipe formada apenas por índios.

"Acima do time, penso na questão dos indígenas, da identidade. Daqui a quatro, cinco anos, a gente quer ter pelo menos 70% de jogadores indígenas na equipe", discursa.

O elenco ainda não venceu nenhuma partida na temporada, o que colocou o time na zona da degola, com cinco pontos em sete jogos. No segundo turno, a esperança é reagir e terminar entre os quatro primeiros, avançando para a próxima fase. Confiante, o técnico Vítor Jaime faz promessa: "Vou deixar esse clube na elite do Paraense. Isso eu garanto".

Os torcedores indígenas, como manda a tradição, desconfiam...